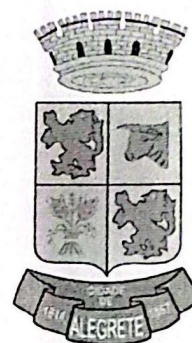


**P R E F E I T U R A   D E**  
**ALEGRETE**



**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA, ESPORTE E LAZER**

**XVI Festa do Milho de Alegrete  
2025**

**R\$9.992,50**

# **PLANO DE TRABALHO** **XVI Festa do Milho de Alegrete e Aniversário do Piquete Tradição do Parové**

<b>1. DADOS CADASTRAIS:</b>			
NOME DA INSTITUIÇÃO: <b>SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE</b>		CNPJ: <b>87.537.429/0001-09</b>	
		<input checked="" type="checkbox"/> Sem Fins Lucrativos	
		<input type="checkbox"/> Cooperativa	
		<input type="checkbox"/> Religiosa	
ENDEREÇO: <b>Rua Presidente Dutra, 89</b>			
BAIRRO: <b>Centro</b>	CIDADE: <b>Alegrete</b>	U.F. <b>RS</b>	CEP: <b>97541-440</b>
E-MAIL: <b>stralegrete@fetagr.org.br</b>		TELEFONE: <b>55 3422-4551 – 55 99616-4750</b>	
CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA: <b>06.128955.0-7</b>	BANCO <b>BANRISUL</b>	AGÊNCIA / <b>0110</b>	
NOME DO RESPONSÁVEL: <b>Jesus Alzir Fernandes Dorneles</b>		CPF: <b>965.579.820-87</b>	
PERÍODO DE MANDATO: <b>04 anos -2024-2028</b>	CARTEIRA DE IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR: <b>1061862692 – SSP/RS</b>	CARGO: <b>Presidente</b>	
ENDEREÇO: <b>Rua Silvana Maria Elizalde, 11 - Promorar</b>		CEP: <b>97546-530</b>	



**2 - PROPOSTA DE TRABALHO:**

NOME DO PROJETO:		PRAZO DE EXECUÇÃO	
XVI Festa do Milho e Aniversário do Piquete Tradição do Parové		INÍCIO	TÉRMINO
		10/04/2025	30/09/2025
<b>PÚBLICO ALVO:</b> <p>A Festa do Milho é um evento realizado anualmente, estando em sua 16ª edição, a qual faz parte do Calendário Anual do Município de Alegrete, que visa levar um evento festivo e informativo a comunidade rural, em especial a comunidade do Parové, motivando e incentivando a ampliação da área cultiva de milho do município, fomentando a comercialização de artesanatos e produtos coloniais produzidos pelos produtores da localidade, gerando renda para os mesmos, bem como, proporcionar 02 (dois) dias de confraternização da comunidade rural desta localidade com as demais. O Evento envolve também campeonato de truco, gincanas rurais, escolhas das soberanas, competições de pratos doces, salgados e farináceos, produzidos a base do milho. O evento espera contar com a presença de, no mínimo, 350 (trezentas e cinquenta) pessoas nos dois dias do evento. No Aniversário do Piquete Tradição do Parové será realizada uma cerimônia comemorativa, com um Baile.</p>			
<b>OBJETO DE PARCERIA:</b> <p>Buscar um valor complementar para custear despesas da realização da XVI edição da Festa do Milho, a qual será realizada em nosso município nos dias 12 e 13 de abril de 2025 e Aniversário do Piquete Tradição do Parové, em 16 de agosto de 2025.</p>			
<b>Considerando - se que:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Atualmente, somente cerca de 5% de produção de milho brasileira se destina ao consumo humano e, mesmo assim, de maneira indireta na composição de outros produtos. Isto se deve principalmente à falta de informações de maior aproveitamento e qualidades nutricionais do milho;</li><li>- Na zona rural há uma necessidade de levar informações para os produtores em geral, mostrando as alternativas econômicas e de mercado viáveis deste produto;</li><li>- A maioria dos produtores necessita de um diálogo com outros profissionais para trocarem ideias a respeito das necessidades e possibilidades existentes, nas suas localidades;</li><li>- É necessário proporcionar lazer, cultura, informação e integração do homem rural com as comunidades em geral.</li></ul> <p>Tendo conhecimento destas realidades e para minimizarmos a situação do pequeno produtor rural é que os Promotores do Evento, juntamente com seus parceiros, vêm proporcionar novamente este evento para a comunidade em geral e daquela comunidade. É com estes propósitos que justificamos a elaboração desse projeto.</p>			





### 3 - OBJETIVOS:

#### 3.1 - GERAIS

Possibilitar aos agricultores que produzam, principalmente, em regime familiar para que tenham acesso a novos conhecimentos e técnicas que possam modernizar seus sistemas gerenciais e organizativos, verticalizar a produção do milho, descobrir nichos de mercado e desenvolver atividades com os subprodutos agrícolas, para complementação de renda. Por isso, a preocupação de organizar esse evento para agregar alternativas no que existe na propriedade e que possam ser utilizadas no seu dia-a-dia.

#### 3.2 - ESPECÍFICOS

- Identificar forma de desenvolvimento e de sustentabilidade valorizando as culturas já existentes na propriedade rural;
- Fornecer informações às pessoas da zona rural sobre as atividades disponibilizadas ao setor primário que possam ser incrementadas com técnicos da área rural, com isso um maior aproveitamento do milho;
- Divulgar projetos e ideias dos Promotores do Evento e outras entidades parceiras;
- Diminuir ausência de informações com uma maior divulgação, desde a aquisição da semente à colheita e também informar das qualidades nutricionais do milho;
- Demonstrar alternativas de reaproveitamento dos subprodutos e da palha do milho;
- Desenvolver cursos de culinária e de artesanatos com os derivados do milho;
- Desenvolver atividades artísticas e culturais;
- Envolver professores e alunos de escolas rurais para conhecerem mais sobre o cultivo do milho e realizarem projetos e trabalhos com esta temática;
- Ofertar palestras com técnicos de áreas específica que fale sobre: motivação, milho, tipos de solos, zoneamento agrícola, recursos hídricos, financeiros e sistemas de produção;
- Realizar uma cerimônia de comemoração alusiva ao aniversário do Piquete Tradição do Parové

### 4 - METODOLOGIA:

Este projeto obedecerá aos seguintes passos:

- a) Primeiramente haverá um encontro com os organizadores para discutir o projeto.
- b) Fazer levantamento de custos do evento.
- c) Dividir tarefas entre os apoiadores, aprimorando a parte organizacional do evento, para que nos dias previstos transcorra normalmente e por consequência tendo êxito nas atividades propostas.

d) Buscar apoio para o projeto (financeiro, divulgação, técnicos do setor agropecuário e outros).

Devido o grande sucesso das festas anteriores e com um expressivo número de participantes, que superam as expectativas, valorizando nossa iniciativa, onde daremos continuidade a esta festa de alto nível social, econômico e cultural, pois cada vez mais garantimos que com ações como estas conseguiremos reduzir a desigualdade social e de conhecimento técnico nas famílias rurais, buscando minimizar o êxodo para a cidade.



## 5 - METAS E RESULTADOS ESPERADOS:

### 5.1 - DESCRIÇÃO DAS METAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:

O Projeto será desenvolvido por atividades, a seguir discriminadas:

- Fazer um projeto de visita ao Polo Educacional João André Figueira, na localidade do Durasnal, próximo ao evento, com objetivo de motivar professores e alunos para trabalharem a temática da produção de milho e desenvolverem projetos de desenhos, pinturas, teatro e/ou apresentações sobre o cultivo do milho, dentre os quais a escola escolherá um deste para ser apresentado no dia do Evento, sendo ofertada premiação aos envolvidos;

- Realizar um concurso de Culinária, com pratos doces, salgados e farináceos, todos a base de milho, sendo premiados os 03 (três) melhores, conforme determinação da comissão julgadora;

- Realizar uma Gincana Rural com os participantes da Festa, em várias modalidades, sendo oferecida medalha aos vencedores de cada modalidade;

- Realizar um torneio de Truco de duplas, sendo ofertado medalhas e premiação às três 03 (três) duplas finalistas;

- Realizar um desfile para escolha das Soberanas da Festa, nas categorias Bonequinha, Mirim e Juvenil e ao tradicional Casal de Vovós do Milho;

- Realizar uma Trilha Ecológica, paralela ao evento, fazendo visitação aos principais pontos turísticos da localidade, incluindo a Toca da Onça, a Casa de Pedra e a Lagoa do Parové;

- Realizar a apresentação do Grupo de Danças As Guerreiras, organizadas pela Secretaria de Assistência Social de Alegrete;

- Realizar o tradicional Baile da Festa, com o Grupo João Maurício e os Fandangueiros do Alegrete;

- Realizar uma palestra com o Tema Cultivo do Milho, promovida pelos técnicos da Emater;

- Disponibilizar um espaço de feira para os produtores rurais da localidade comercializarem a produção de seus estabelecimentos aos participantes;

- Fornecer alimentação para os participantes dos Torneio de Truco, organizadores do evento e alunos do Polo Educacional;

- Realizar a Cerimônia de aniversário do Piquete, com um Baile animado pelo Grupo João Maurício e os Fandangueiros do Alegrete.

### 5.2 - RESULTADOS ESPERADOS:

O Projeto da XVI Festa do Milho e da Cerimônia de Aniversário, serão considerados plenamente satisfatórios se for alcançado o seu objetivo maior, que é o cumprimento das metas estabelecidas, a concessão dos planos de patrocínio e se houver autossustentabilidade de custos. A plenitude do evento será satisfatória se ao final houver a motivação dos produtores a incrementarem novos conhecimentos e tecnologias na propriedade e ampliarem a sua produção local.

### 5.3 - PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

- Ter desenvolvido e apresentado, pelos professores e alunos do Polo Educacional João André Figueira, um projeto de desenhos, pinturas, teatro e/ou apresentações sobre o cultivo do milho, com a devida premiação.



- Ter realizado o concurso de Culmária e premiado os vencedores;
- Ter realizado a Gincana Rural e premiado os vencedores;
- Ter realizado o torneio de Truco de duplas e premiado os vencedores;

- Ter realizado o desfile para escolha das Soberanas da Festa, nas categorias Bonequinha, Mirim e Juvenil e ao tradicional Casal de Vovós do Milho e premiado os vencedores;

- Ter realizado a Trilha Ecológica, visitando os principais pontos turísticos da localidade;

- Ter realizado a apresentação do Grupo de Danças As Guerreiras;

- Ter realizado o tradicional Baile da Festa;

- Ter realizado a palestra com o Tema Cultivo do Milho;

- Ter realizado o um espaço de feira para os produtores rurais da localidade comercializarem sua produção;

- Ter fornecido alimentação para os participantes dos Torneio de Truco, organizadores do evento e alunos do Polo Educacional.

#### 6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	ETAPA/ FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
01	01	Som do Evento – Animação	R\$ 2.450,00	01	12/04/2025	30/08/2025
02	02	Som do Evento – Animação	R\$ 2.320,00	01	16/08/2025	30/08/2025
03	03	Estrutura – Jogo de Mesas e cadeiras	R\$ 950,00	30	12/04/2025	30/08/2025
04	04	Alimentação	R\$ 4.272,50	200	12/04/2025	30/08/2025

#### 7 - PREVISÃO DA RECEITA E DESPESA (R\$1,00)

RECEITA	TOTAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
PROponente			
Concedente			
TOTAL GERAL			



Na qualidade de representante legal do **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE** declaro, para fins de comprovação junto ao MUNICÍPIO, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública Municipal ou qualquer entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município para aplicação na forma prevista e determinada por este Plano de Trabalho.

Pede deferimento.

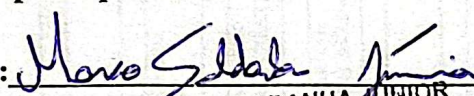
Alegrete (RS), 02 de Abril de 2025.

  
Jesus Alzir Fernandes Dórneles  
Presidente

## 12 - APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### 12.1 – Secretário(a) de Município requisitante:

☐ Aprovado ☐ Reprovado

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Assinatura: 

### 12.2

#### 12.2 A – Comissão de Seleção:

☐ Aprovado ☐ Reprovado

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

MARCO SALDANHA JUNIOR  
DIRETOR DE GESTÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA, ESPORTE E LAZER  
PORTARIA Nº 2491/2024

#### 12.2B – Conselho Municipal (No caso de haver repasse oriundo de Fundo Municipal, EX: COMDICA, Conselho do Idoso, etc)

☐ Aprovado ☐ Reprovado

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

### 12.3 – Gestores da Parceria (Fiscal da Parceria)

☐ Aprovado ☐ Reprovado

Data: 09/05/25 Assinatura: 

### 12.4 – Chefe do Poder Executivo:

☐ Aprovado ☐ Reprovado

Data: \_\_/\_\_/\_\_ Assinatura: 





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
87.537.429/0001-09  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
26/09/1971

NOME EMPRESARIAL  
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
\*\*\*\*\*

PORTE  
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
313-1 - Entidade Sindical

LOGRADOURO  
R PRESIDENTE DUTRA

NÚMERO  
89

COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*

CEP  
97.541-440

BAIRRO/DISTRITO  
CENTRO

MUNICÍPIO  
ALEGRETE

UF  
RS

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
str.alegrete@brturbo.com

TELEFONE  
(55) 3422-4551

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 31/03/2025 às 14:06:07 (data e hora de Brasília).

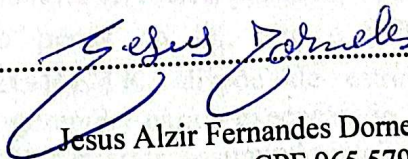
Página: 1/1



**ANEXO I**  
**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Declaro que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegrete está ciente e concorda com as disposições previstas e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Alegrete/RS, 02 de Abril de 2025.

  
.....  
Jesus Alzir Fernandes Dorneles-Presidente  
CPF 965.579.820-87

### ANEXO III

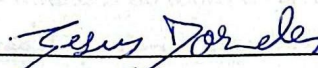
#### **Declaração de capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do plano de trabalho**

#### **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE**

Alegrete/RS, 02/04/25.

Senhor (a):

Jesus Alzir Fernandes Dorneles, presidente, portador do CPF nº 965.579.820-87, declaro para os devidos fins e sob penas da lei, que o **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE**, dispõe de estrutura física e de pessoal, com capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do Plano de Trabalho proposto, bem assim que irá contratar, com recursos das parcerias, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, acompanhamento e prestação de contas.

  
\_\_\_\_\_  
Jesus Alzir Fernandes Dorneles- Presidente  
CPF 965.579.820-87



## ANEXO IV

### Modelo de declaração do representante legal da OSC de inexistência de impedimento à celebração da parceria

#### SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE

Alegrete/RS, 02/04/25

À Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Senhor (a):

Jesus Alzir Fernandes Dorneles, portador da Carteira de Identidade n.º 1061862692 expedida pela SSP/RS, representante legal do **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE**, DECLARO, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que a OSC por mim representada cumpre plenamente os requisitos definidos na Lei 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 499/2016, ou seja:

- I – não está suspensa de participar de licitação, nem impedida de contratar com a administração;
- II – não está declarada inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- III – não está suspensa temporariamente da participação em chamamento público nem impedida de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do Município de Alegrete;
- IV – não está declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- V – não possui contas de parcerias anteriores rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos;
- VI – não tem contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- VII – não está omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- VIII – não possui, entre seus dirigentes, pessoas:
  - a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;





b) julgadas responsáveis por falta grave e inabilitadas para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

c) consideradas culpadas por ato de improbidade, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

d) membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública do Município de Alegrete, nem seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IX – que não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados

X – não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

Certifico que os dirigentes e conselheiros da referida OSC, cujo período de atuação é de 2024 a 2028 são:

Presidente: Jesus Alzir Fernandes Dorneles, CPF 965.579.982-87

Vice-Presidente: Joaquim Rosso dos Santos, CPF 002.207.500-33

Secretario: Flavio Auri Pedrosa de Oliveira, CPF 951.942.070-34

Tesoureira: Milene da Silva Londero, CPF 033.689.880-00

Conselho Fiscal:

Antonio Demir Bonoto Antunes, CPF 921.162.130-53

Elaine Vicentina da Silva Londero, CPF 015.897.040-37

Jose Mario Araujo Mafaldo, CPF 031.224.060-04

Suplentes:


Wilmir Andre Dallomo, CPF 898.528.930-68

Diana Almeida Fernandes, CPF 814.296.060-53

Lucas Martins de Oliveira, CPF 049.380.700-49

Por ser expressão de verdade, sob as penas da lei, firmo a presente declaração.

Alegrete/RS, 02 de Abril de 2025.

  
Jesus Alzir Fernandes Dorneles- Presidente  
CPF 965.579.820-87



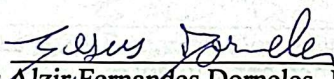
**ANEXO V**

**Declaração de contratação de parentes e empresas**

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE**

Jesus Alzir Fernandes Dorneles, portador da Carteira de Identidade n.º 1061862692 expedida pela SSP/RS e CPF n.º 965.579.820-87 expedida pela SSP/RS, representante legal do **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE**, declaro não haver contratação de parentes ou empresas, inclusive por afinidade, de dirigentes vinculados ao objeto desta parceria.

Alegrete/RS, 02 de Abril de 2025.

  
Jesus Alzir Fernandes Dorneles- Presidente  
CPF 965.579.820-87




## ANEXO VI

### Declaração de início das atividades

#### **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE**

Jesus Alzir Fernandes Dorneles, portador da Carteira de Identidade n.º 1061862692 e CPF n.º 965.579.820-87 expedida pela SSP/RS, responsável legal pelo **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE**, declaro para os devidos fins que a entidade teve seu início das atividades em 26/09/1971 e que seu Estatuto atende os art. 33 e 34 da Lei Federal n.º 13.019/14.

Alegrete/RS, 02 de Abril de 2025.

  
Jesus Alzir Fernandes Dorneles- Presidente  
CPF 965.579.820-87



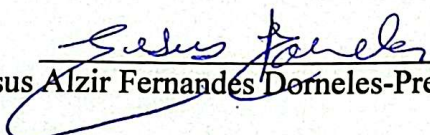
## **ANEXO VII**

**Declaração contendo o nome do Contador responsável pela Entidade e respectiva cópia da  
Certidão de Regularidade do Conselho Regional de Contabilidade**

### **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE**

Jesus Alzir Fernandes Dorneles, portador da Carteira de Identidade nº 1061862692 expedida pela SSP/RS, responsável legal pelo **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE**, declaro para os devidos fins e sob penas da Lei, que Felcon Serviços Contábeis Ltda, CNPJ 94.235.843/0001-10, CRC RS nº 03122/O-9 é a empresa contábil responsável pela referida entidade e que seu registro está regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade, conforme cópia anexa.

Alegrete/RS, 02 de Abril de 2025.

  
Jesus Alzir Fernandes Dorneles-Presidente  
CPF 965.579.820-87

**anexar a esta certidão comprovante de regularidade do contador perante o Conselho  
Regional de Contabilidade**



## ANEXO VIII

### Declaração sobre a abertura de Conta-corrente específica

#### **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE**

Jesus Alzir Fernandes Dorneles, portador da Carteira de Identidade n.º 1061862692 expedida pela SSP/RS e CPF n.º 965.579.820-87 expedida pela SSP/RS, responsável legal pelo **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE**, declaro para os devidos fins e sob penas da Lei, que a conta bancária específica para a parceria proposto é:

**Banco do Estado do Rio Grande do Sul**

**Endereço:** Rua Gaspar Martins

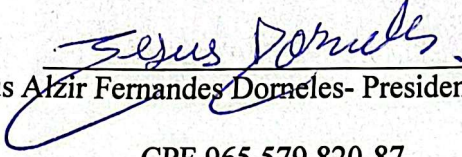
**Município:** Alegrete/RS

**Telefone:** (55) 3421-9400

**Agência n.º:** 0110

**Conta n.º:** 06.128955.0-7

Alegrete/RS, 02 de Abril de 2025.

  
Jesus Alzir Fernandes Dorneles- Presidente  
CPF 965.579.820-87





**Proposta de Abertura de Conta**  
Pessoa Jurídica

via: cliente

**Operador:** B43149

**Tipo:** Conta Corrente

**Agência:** 0110 - ALEGRETE

**CNPJ:** 87.537.429/0001-09

**Nome:** SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

**Número da Conta:** 06.128955.0-7





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO E COMARCA DE ALEGRETE

Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

Francisco das Chagas Ferreira de Oliveira Júnior - Registrador



## CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu cargo e a pedido verbal da parte interessada, que, revendo nesta Serventia Registral o Livro de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, número A-111, nele verifiquei constar nas folhas 184 V, sob nº 16/649, datado de quinta-feira, 9 de maio de 2024, a averbação da ATA DE POSSE GESTÃO 2024/2028, do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE.

O referido é verdade. Dou fé.  
Alegrete, quinta-feira, 9 de maio de 2024.

Cibele Kummer Fiuza  
Oficiala Substituta

Emolumentos: Total: R\$ 30,40 + R\$ 8,80 = R\$ 39,20  
Certidão PJ (01 página): R\$ 12,20 (0749.03.1600002.02817 = R\$ 4,00)  
Busca: R\$ 11,60 (0749.02.0700011.06327 = R\$ 2,80)  
Processamento eletrônico: R\$ 6,60 (0749.01.1900002.05626 = R\$ 2,00)



A consulta estará disponível em até 24h  
no site do Tribunal de Justiça do RS  
<http://go.tjrs.jus.br/selodigital/consulta>  
Chave de autenticidade para consulta  
099853 54 2024 00000334 41

ALRS 002315



**ATA DE POSSE DA DIRETORIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS**  
**DE ALEGRETE, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2024.**

José Mario da Silva Araújo Mafaldo, brasileiro, divorciado, agricultor familiar, residente e domiciliado no Caverá, 6º Sub Distrito de Alegrete, RS, inscrito no CPF 031.224.060-04 e CI 8114193058, nascido em 27.09.1992; Suplentes do Conselho Fiscal: Vilmar André Dal Omo, brasileiro, casado, agricultor familiar, residente e domiciliado no Durasnal, 3º Sub Distrito de Alegrete, RS, inscrito no CPF 898.528.930-68 e CI 8059842561, nascido em 01.03.1976; Adriana Almeida Fernandes, brasileira, que possui união estável, agricultora familiar, residente e domiciliado no Durasnal, 3º Sub Distrito de Alegrete, RS, inscrito no CPF 814.296.060-53 e CI 8080625059, nascido em 18.04.1995; Jesus Martins de Oliveira, brasileiro, casado, pecuarista familiar, residente e domiciliado no Parové, 3º Sub distrito de Alegrete, RS, inscrito no CPF 049.380.700-49 e CI 2027248257, nascido em 21.03.1937. Após os empossados prestarem o juramento formal, os mesmos foram declarados empossados pelo Presidente da sessão, para o mandato de quatorze de abril de dois mil e vinte e quatro (14.04.2024) a treze de abril de dois mil e vinte e oito (13.04.2028), com uma forte salva de palmas os convidados e autoridades saudaram a Diretoria hora empossada. Em seguida o Presidente dos Trabalhos pediu para constar da ata que todos os Diretores empossados são integrantes da categoria dos trabalhadores rurais e residentes na base territorial da Entidade. Em seguida convidou a Sr. Jesus Alzir Fernandes Dorneles, Presidente do Sindicato, fazer parte da Mesa e presidir esta sessão a partir deste momento. O Senhor Presidente agradece a seu antecessor pela forma que conduziu os trabalhos, agradeceu a comissão eleitoral que conduziu o processo de votação e fez seu discurso de comprometimento com esta entidade Sindical. As autoridades convidadas fizeram sua saudação a diretoria ora empossada. O senhor Joel Oliveira Aguiar fez uma bênção bíblica e oração pela diretoria empossada, no voto que exerça um prospero e abençoado mandato. Diversas manifestações foram feitas pelos associados, todos parabenizando a nova direção, desejando-lhes uma feliz e profícua gestão e enaltecendo o trabalho prestado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegrete. As vinte e uma horas (21:00), foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que foi lida, aprovada e vai devidamente assinada. Alegrete, 13 de abril de 2024.

trabalhos, lavrando-se a presente ata, que foi lida, aprovada e vai devidamente assinada. Al  
13 de abril de 2024. *Georgina Jomek, Milene Sandoz,*  
*Antonio Bonato Elaine Vicentini Sandoz.*

Amize Note ~~performed~~ / Gen. H. O. de B. de B.

Adriana Almeida Fernandes.  
Beco da Costa 300

Romário Alves Macedo

MAILED  
OAB/RS 30.194

**CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS**  
Avenida Assis Brasil, nº 1287-Alegre/RS, Fone: (55) 34213262  
Oficial Registrador: Francisco das Chagas Ferreira de Oliveira Júnior



**PROTÓCOLO Nº 3896**, de 05 de 12 de 2017, do Ilmo Sr. **Doutor ACACIO**

**06/03/2018** - **NATURAIS E**

**AV-156/2018** - **R\$ 1.813,00** - **111 a 1851** - **Francisco**

**Alegrete**, quinta-feira, 9 de maio de 2018.

**Emolumentos:** Total: **R\$ 157,50 + R\$ 14,60 + R\$ 172,00**

**Exame documental:** **R\$ 56,30** - **02/00011.09966**

**(4,90)** - **Averbação PI** - **fls. vencidas:** **R\$ 8**

**(0749.02.0200011.09966) = R\$ 4,90** - **Atualização:** **R\$ 1**

**(0749.02.0200011.09966) = R\$ 2,80** - **Processam**

**electronico:** **R\$ 6,90** - **0749.0200011.09966 = R\$ 2,00**

TO A COMISSÃO DE REGISTRO  
NATURAIS E ESPECIAIS D  
CIVIL DAS PESSOAS  
COMARCA DE ALEGRETE, RS

Francisco das Chagas Ferreira da Oliveira Junior  
Tabela e Econômica

RS 172,00  
11.09966 - RS Cibele Kummer Fiuza

ps: RS 84,00  
Alexsandra Bica de Castro

Processamento: Gabriel dos Santos Vieira

Escritor: Autorizada

— 1889 —

**riado à:**





**ATA DE POSSE DA DIRETORIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2024.**

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro (13.04.2024), às dezenove horas (19:00), na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegrete, sito à Rua Presidente Dutra, nº oitenta e nove (89), Centro em Alegrete/RS. O Sr. Jesus Alzir Fernandes Dorneles, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegrete, abriu os trabalhos saudando a todos os presentes, autoridades, imprensa e diretoria a ser empossada e convidando para fazer parte da mesa dos trabalhos o senhor Milton Domingues Brasil, presidente da Associação Regional Fronteira e o senhor Alexandre Inácio Felten, representante da Felcon Serviços Contábeis. O senhor Presidente convidou o senhor Alexandre para presidir os atos desta sessão. Assumindo os trabalhos, senhor Milton Domingues Brasil, presidente da Associação Regional Fronteira Alexandre saudou a todos e passou a proceder os trabalhos de posse dos eleitos no dia em oito de março de dois mil e vinte e quatro (08.03.2024), em eleição que ocorreu entre os dias quatro a oito de março de dois mil e vinte e quatro (04 – 08.03.2024), solicitando que os mesmos se colocassem à frente da Mesa dos Trabalhos assim que fossem chamados, obedecendo a seguinte ordem: **DIRETORIA EFETIVA - Presidente: Jesus Alzir Fernandes Dorneles**, brasileiro, pecuarista familiar, casado, residente e domiciliado à Rua Carlos Nogueira, 11 - Promorar, Alegrete/RS inscrito no CPF 965.579.820/87 e CI 1061862692, nascido em 23.02.1977; **Vice-Presidente: Joaquim Rosso dos Santos**, casado, agricultor familiar, residente e domiciliado no Catimbau – 6º Sub distrito de Alegrete, RS, inscrito no CPF sob nº 002.207.500-33 e CI 1070549314, nascido em 25.08.1982; **Secretário: Flávio Auri Pedroso de Oliveira**, brasileiro, casado, pecuarista familiar, residente e domiciliado no Parovê, 3º Sub Distrito de Alegrete, RS, inscrito no CPF 951.942.070/34 e CI 2061875445, nascido em 06.08.1978; **Tesoureira: Milene da Silva Lôndero**, brasileira, solteira, maior de idade, pecuarista familiar, residente e domiciliada no Mariano Pinto, 2º Sub Distrito de Alegrete, RS, inscrita no CPF 033.689.880-00 e CI 3094479031, nascido em 14.12.1995; **Suplentes da Diretoria- 1º Suplente da Diretoria: Romário Alves Macedo**, brasileiro, casado, assalariado rural e pecuarista familiar, residente e domiciliado no Parovê, 3º Sub Distrito de Alegrete, RS, inscrito no CPF 735.329.590-20 e CI 2066707098, nascido em 27.03.1965; **2º Suplente da Diretoria: Janete Cabreira Toledo**, brasileira, divorciada, pecuarista familiar, residente e domiciliada no Mariano Pinto – 2º Sub distrito de Alegrete, RS, inscrito no CPF 655.286.460/49 e CI 2030655571, nascido em 15.04.1968; **3º Suplente da Diretoria: Pedro da Costa Severo**, brasileiro, casado, pecuarista familiar e assalariado rural, residente e domiciliado no Pai-Passo, 4º Sub distrito de Alegrete, RS, inscrita no CPF 037.212.090-36 e CI 8120751592, nascido em 13.08.2003; **4º Suplente da Diretoria: Tanize Figueira da Mota**, brasileira, solteira, agricultora familiar, residente e domiciliada no Durasnal, 3º Sub Distrito de Alegrete, RS, inscrito no CPF 010.657.090-05 e CI 1086857685, nascido em 08.10.1978; **Conselho Fiscal Efetivo: Antônio Demir Bonoto Antunes**, Brasileiro, casado, agricultor familiar, residente e domiciliado no Durasnal, 3º Sub distrito de Alegrete, RS, e inscrito no CPF 921.162.130/53 e CI 8066737589, nascido em 04.10.1975; **Elaine Vicentina da Silva Lôndero**, brasileira, casada, agricultora familiar residente e domiciliada na localidade do Mariano Pinto, 2º sub distrito de Alegrete, RS, inscrita no CPF 015.897.040/37 e CI: 9058561557, nascido em 26.11.1961;

ido à:







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO E COMARCA DE ALEGRETE  
Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas  
Francisco das Chagas Ferreira de Oliveira Júnior - Registrador



**CERTIDÃO**

**CERTIFICO**, em razão de meu cargo e a pedido verbal da parte interessada, que, revendo nesta Serventia Registral o Livro de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, número A-110, nele verifiquei constar nas folhas 189 V, sob nº 14/649, datado de segunda-feira, 20 de novembro de 2023, a averbação da **ALTERAÇÃO DE ESTATUTO SOCIAL**, do **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE**.

O referido é verdade. Dou fé.  
Alegrete, segunda-feira, 20 de novembro de 2023.

  
Cibele Kummer Fiuza  
Oficiala Substituta

Emolumentos: Total: R\$ 29,40 + R\$ 6,80 = R\$ 36,20  
Certidão PJ (01 página): R\$ 11,80 (0749.02.0700011.05939 = R\$ 2,50)  
Busca: R\$ 11,20 (0749.02.0700011.05940 = R\$ 2,50)  
Processamento eletrônico: R\$ 6,40 (0749.01.1900002.04950 = R\$ 1,80)



A consulta estará disponível em até 24h  
no site do Tribunal de Justiça do RS  
<http://go.tjrs.jus.br/selodigital/consulta>  
Chave de autenticidade para consulta  
099853 54 2023 00000914 76

ALRS 001097



# Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegrete

Carta Sindical de 09 de novembro de 1970 – CNPJ 87.537.429/0001-09  
Rua Presidente Dutra, 89 – Centro – 97.541-440 – Alegrete – RS  
Fone: (055) 3422-4551 – e-mail: stralegrete@featagr.org.br

Traslado do Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, aprovado por Assembléia Geral Extraordinária no dia 26.06.1991, alterado por Assembléia Geral Extraordinária em 05.02.2009, alterado por Assembleia Geral Extraordinária em 24.05.2019 e alterado por Assembleia Geral Extraordinária em 26.06.2023.



## ESTATUTO SOCIAL

### CAPÍTULO I

#### DA CONSTITUIÇÃO PRERROGATIVAS E CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO

**Art. 1º** - O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegrete, entidade sindical de 1º grau, com sede no foro da cidade de Alegrete e base territorial em Alegrete no estado do Rio Grande do Sul, é constituído, por prazo indeterminado, para fins de estudo, coordenação, representação legal e defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais, inclusive em questões jurídicas e administrativas da categoria profissional dos trabalhadores rurais tudo no sentido de solidariedade social.

**Parágrafo Único:** Trabalhador Rural constante do artigo é todo trabalhador assalariado, parceiro, meeiro, arrendatário e proprietário de terras, que exerçam a atividade em regime de economia familiar, mesmo com auxílio eventual de mão-de-obra de terceiros, independente do tipo de cultura da pecuária produzida, incluindo:

- a) **PECUARIA:** Criação de animais, na cria, recria, inseminação, produção de carne, de leite, ovos, lã, mel, queijo, na doma e adestramento de animais, trato, manejo, engorda, carregamento transporte e preparo para a venda, incluindo trabalhadores em horas;
- b) **LAVOURAS TEMPORÁRIAS:** Produção de grãos, cereais, arroz, feijão, soja e milho e frutos de barcos, na produção de sementes, preparo do solo, plantio, aguação, tratos culturais, colheita, manutenção de máquinas e equipamentos, carregamento, transporte em empresas prestadoras de serviço;
- c) **LAVOURAS PERMANENTES:** Fruticultura, citros, laranjas, bergamotas, e outros, ervais, cana-de-açúcar, oliveiras e parreiras de uvas, viveiros na produção de mudas, preparo do solo, plantio manutenção de máquinas e equipamentos, tratos culturais, poda, raleio, colheita, carregamento e transporte, armazenamento, classificação e preparo para a venda, incluindo trabalhadores em empresas prestadoras de serviço.

Y



d) **HORTICULTURA-VIVEIROS:** Na produção de sementes e mudas de hortaliças, preparo do solo, plantio, manutenção de máquinas e equipamentos, tratos culturais, colheita, carregamento, transporte e preparo para a venda, incluindo trabalhadores em empresas prestadoras de serviço;



e) **SILVICULTURA:** Exploração florestal e viveiros, na produção de mudas, preparo do solo, plantio, manutenção de máquinas e equipamentos, tratos culturais, poda e conservação das florestas, extração de madeira, lenha, casca e resinas, carregamento, transporte, incluindo trabalhadores em empresas prestadoras de serviço;

f) **AQUICULTURA:** Na produção e criação de peixes, mariscos e peixes ornamentais;

g) **FUMICULTURA:** Produção de fumo, na produção de mudas, preparo do solo, plantio, manutenção de máquinas e equipamentos, tratos culturais, colheita, carregamento, transporte, preparo para a venda, incluindo trabalhadores em empresas prestadoras de serviço;

h) **FLORICULTURA:** Na produção de sementes e mudas de flores e plantas ornamentais, plantio, manutenção de máquinas e equipamentos, tratos culturais, colheita, carregamento, transporte e preparo para a venda incluindo trabalhadores em empresas prestadoras de serviço;

i) **ASSALARIADO RURAL:** É todo o Trabalhador Rural que presta seu serviço de mão-de-obra no meio rural, nos seguimentos acima, com ou sem carteira assinada, com remuneração por hora, diária, quinzenal ou mensal, incluindo o caseiro rural, cozinheiro(a) rural, entre outros;

Também entendesse por Trabalhadores Rurais aqueles em atividade administrativa em Estabelecimento Agropecuário e Agroindustrial.

**Art. 2º - São finalidades do Sindicato;**

a) Constitui-se formas de arrecadação que vise à **comercialização e prestação de serviços para associados e a terceiros** de produtos agropecuários, alimentícios ou de qualquer espécie, cuja arrecadação reverta em assistência e benefícios à categoria, nas quais se destacam as seguintes atividades: cobrança de mensalidades (8291-1/00); comércio varejista de sementes de milho, aveia, hortaliças, pastagens, entre outros e e-commerce (4789-0/02) e 4724-5/00); comércio varejista de mudas hortaliças, chás, temperos, mudas frutíferas e ornamentais, bulbos de flores e e-commerce (4789-0/02); comércio varejista de fertilizantes e e-commerce (4789-0/02); comércio varejista de produtos para fertirrigação e e-commerce (4789-0/02) comércio varejista de insumos agropecuários (rações, farelo, milho insumos para aves, gado, suínos, equinos e peixes) e e-commerce (4789-0/040 e (4729-6/99); comércio varejista de medicamentos veterinários e e-commerce (4771-7/04); comércio varejista de rações para linha pet (cães, gatos, pássaros e peixes ornamentais) e e-commerce (4789-0/04); comércio varejista de linha pet (petiscos, camas, roupas, brinquedos e aquários) e e-commerce (4789-0/04); comércio varejista de ferramentas e e-commerce (4744-0/01); comércio varejista de máquinas

Y



- d) **HORTICULTURA-VIVEIROS:** Na produção de sementes e mudas de hortaliças, preparo do solo, plantio, manutenção de máquinas e equipamentos, tratos culturais, colheita, carregamento, transporte e preparo para a venda, incluindo trabalhadores em empresas prestadoras de serviço;
- e) **SILVICULTURA:** Exploração florestal e viveiros, na produção de mudas, preparo do solo, plantio, manutenção de máquinas e equipamentos, tratos culturais, poda e conservação das florestas, extração de madeira, lenha, casca e resinas, carregamento, transporte, incluindo trabalhadores em empresas prestadoras de serviço;
- f) **AQUICULTURA:** Na produção e criação de peixes, mariscos e peixes ornamentais;
- g) **FUMICULTURA:** Produção de fumo, na produção de mudas, preparo do solo, plantio, manutenção de máquinas e equipamentos, tratos culturais, colheita, carregamento, transporte, preparo para a venda, incluindo trabalhadores em empresas prestadoras de serviço;
- h) **FLORICULTURA:** Na produção de sementes e mudas de flores e plantas ornamentais, plantio, manutenção de máquinas e equipamentos, tratos culturais, colheita, carregamento, transporte e preparo para a venda incluindo trabalhadores em empresas prestadoras de serviço;
- i) **ASSALARIADO RURAL:** É todo o Trabalhador Rural que presta seu serviço de mão-de-obra no meio rural, nos seguimentos acima, com ou sem carteira assinada, com remuneração por hora, diária, quinzenal ou mensal, incluindo o caseiro rural, cozinheiro(a) rural, entre outros;

Também entendesse por Trabalhadores Rurais aqueles em atividade administrativa em Estabelecimento Agropecuário e Agroindustrial.

**Art. 2º - São finalidades do Sindicato;**

- a) Constitui-se formas de arrecadação que vise à **comercialização e prestação de serviços para associados e a terceiros** de produtos agropecuários, alimentícios ou de qualquer espécie, cuja arrecadação reverta em assistência e benefícios à categoria, nas quais se destacam as seguintes atividades: cobrança de mensalidades (8291-1/00); comércio varejista de sementes de milho, aveia, hortaliças, pastagens, entre outros e e-commerce (4789-0/02) e 4724-5/00); comércio varejista de mudas hortaliças, chás, temperos, mudas frutíferas e ornamentais, bulbos de flores e e-commerce (4789-0/02); comércio varejista de fertilizantes e e-commerce (4789-0/02); comércio varejista de produtos para fertirrigação e e-commerce (4789-0/02) comércio varejista de insumos agropecuários (rações, farelo, milho insumos para aves, gado, suínos, equinos e peixes) e e-commerce (4789-0/040 e (4729-6/99); comércio varejista de medicamentos veterinários e e-commerce (4771-7/04); comércio varejista de rações para linha pet (cães, gatos, pássaros e peixes ornamentais) e e-commerce (4789-0/04); comércio varejista de linha pet (petiscos, camas, roupas, brinquedos e aquários) e e-commerce (4789-0/04); comércio varejista de ferramentas e e-commerce (4744-0/01); comércio varejista de máquinas

V





agrícolas (tratores, motosserras, roçadeiras e gerador de energia) e e-commerce (4789-0/99); comércio varejista de arame farpado, arames e pregos e commerce (4744-0/01); comércio varejista de botas, botinas e alpargatas e commerce (4782-2/01); comércio varejista de linha apicultura (macacão, fumigador, luvas e cera) e e-commerce (4781-4/00) e (4713-0/02); comércio varejista de bebedouros e e-commerce (4789-0/04); comércio varejista de capas de chuva e e-commerce (4781-4/00); comércio varejista de aparelho de cerca elétrica e insumos e e-commerce (4744-0/01); comércio varejista de formicida, raticida e inseticidas diversos, além de herbicidas (produtos permitidos que não necessitem de licença ambiental) e e-commerce (4789-0/99); comércio varejista de fogão a lenha e todos insumos necessários (canos, chapéus e curva) e e-commerce (4713-0/02); comércio varejista de lonas e e-commerce (4713-0/02); comércio varejista de pulverizadores e e-commerce (4789-0/99); comércio varejista de telas e e-commerce (4744-0/01); comércio varejista de produtos diversos (vassouras, lanternas, prensas de queijo, prensa de banha, linha para pesca (varas, linhas, anzóis), panelas e utensílios de cozinha, cuias, térmicas, bombas, erva mate, espetos para churrasco, carvão, chapéus, toalha de mesa) e e-commerce (4713-0/02); comércio varejista de gêneros alimentícios: bebidas (refrigerante, água, cerveja, vinho, sucos naturais e industrializados), bolachas, balas, laticínios (queijo, requeijão, leite, iogurte) embutidos (linguiça, mortadela, presunto) sorvetes, cucas, pães, congelados (aipim, pizza, capeletti), geleias, doces, melado, rapaduras, mel, derivados do mel, produtos in natura (frutas e verduras) e outros possíveis produtos alimentícios naturais, de agroindústrias e também industrializados e e-commerce (4721-1/03) (4721-1/04) (4721-1/02) (4723-7/00) 4729-6/99) (4722-9/01); comércio varejista de produtos para presentear (cestas) e e-commerce (4729-6/99); comércio de produtos e serviços de lancheria (5611-2/03); comércio varejista de utensílios de bazar (móveis residências e para jardim) e e-commerce (4713-0/02); comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de formulas e e-commerce (4771-7/01); comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos e e-commerce (4771-7/03); comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal e e-commerce (4772-5/00); agente credenciado Sicredi – cobrança de boletos com código de barras mediante pagamento por prestação de serviço variável de acordo com a quantidade de documentos cobrados (8291-1/00); locação de espaço físico do Sindicato para palestras e eventos (7312-2/00); assessoria, orientação e assistência técnica na agricultura e extensão rural (7490-1/03); prestação de serviços de escritório, manter parceria com o Banco do Brasil, através do Convênio Coban estabelecido a partir da FETAG/RS, encaminhando projetos de financiamento para agricultura familiar, bem como estabelecer parcerias com demais instituições financeiras e/ou Cooperativas de Crédito para prestar serviços e ser facilitador de necessidade do agricultor que deseja investir recursos em sua propriedade (8219-9/99); organizar, coordenar, mobilizar e defender a categoria representada, buscando a melhoria das condições de vida e de trabalho, centrando ação na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento,



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



tendo presente a organização e o crescimento da consciência de classe, cujo objetivo maior é uma sociedade mais justa e igualitária. Ainda, almejar independência e autonomia sindical, solidariedade entre a categoria representada não só no âmbito municipal, mas também em nível regional, estadual e nacional e a classe trabalhadora em todo os níveis, somando às finalidades, a defesa das instituições democráticas brasileiras, das liberdades individuais e coletivas, do respeito à justiça e aos direitos fundamentais do ser humano (9240-1/00); Atividades de consultas médicas e ambulatorial restrita a consultas prestadas aos seus associados e dependentes (86.30-5/03) e Atividades dentárias prestadas aos associados e seus dependentes (86.30-5/04).



- b) Promover convenções e dissídios coletivos ou individuais de trabalho,
- c) Defender os direitos e os interesses coletivos ou individuais dos seus Associados, inclusive judicial e administrativamente;
- d) Manter relações com as demais representações de categorias profissionais;
- e) Constituir serviços e departamentos, para promover atividades culturais, promocionais sociais e educativas de seus associados.

**Art. 3º - São prerrogativas do Sindicato:**

- a) Proteger os direitos e representar os interesses de sua categoria profissional perante as autoridades administrativas e judiciais;
- b) Eleger ou designar representantes da respectiva categoria;
- c) Celebrar dissídios coletivos, convenções ou contratos coletivos de trabalho;
- d) Impor contribuições a todos aqueles que integram a categoria representada;
- e) Fundar e manter agência de recolocação de mão-de-obra;
- f) Representar a categoria nos congressos, conferências e encontros de qualquer âmbito, inerente a sua representação.

**Art. 4º - São condições para o funcionamento do Sindicato;**

- a) Manutenção na sede social de livro, fichas e/ou sistema digital de registro de associados, conforme modelo aprovado por Assembléia Geral e autenticados pelo Presidente da Entidade;
- b) Possuir na sede social livro ou fichas de tombamento dos bens da Entidade, conforme modelo aprovado pela Assembléia Geral e autenticado pelo Presidente da Entidade;
- c) Ter contabilidade organizada de modo que fique demonstrada, anualmente, a situação econômico, financeira e patrimonial da Entidade.
- d) Fiel observância dos preceitos deste Estatuto e de toda as decisões emanadas da Assembléia Geral;
- e) Gratuidade do exercício de cargos eletivos, ressalvada hipótese de afastamento do trabalho, podendo neste caso ser atribuída uma gratificação pela Assembléia Geral.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



## CAPÍTULO II

### DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS



**Art. 5º** – São Direitos dos Associados:

- a) Tomar parte, votar e ser votado nas Assembléias Gerais, observando os dispositivos deste Estatuto;
- b) Requerer medidas para solução de seus interesses;
- c) Propor, a Diretoria, medidas de interesse do Sindicato, desde que endossada a proposição pela assinatura de cinco (5%) por cento dos associados.

**Parágrafo Único:** Os direitos conferidos pelo Sindicato ao associado, são pessoais e intransferíveis.

**Art. 6º** – São deveres dos associados:

- a) Pagar pontualmente a mensalidade fixa da pela Assembléia Geral;
- b) Pagar pontualmente demais contribuições fixadas pela Assembléia Geral
- c) Prestigiar o Sindicato por todos os meios a seu alcance;
- d) Comparecer as reuniões e Assembléias Gerais, votar e acatar as suas decisões;
- e) Pagar a multa estabelecida em Assembléia Geral do Sindicato, quando deixar de votar em eleições sindicais, sem motivo justificado.

**Art. 7º** - A todo o indivíduo que participe da atividade representada, satisfazendo as exigências deste estatuto, assiste o direito de ser admitido no Sindicato, salvo falta de idoneidade, com recurso para a Assembléia Geral.

**Art. 8º** - Perderá seu direito o associado que por qualquer motivo deixar de exercer a atividade profissional da categoria representada, exceto nos casos de aposentadoria, desemprego por mais de 06 meses, falta de trabalho, convocação para prestação de serviço militar obrigatório, casos em que não perderá os respectivos direitos sindicais.

**Parágrafo Único:** Os associados em desemprego, falta de trabalho ou prestação de serviço militar obrigatório estarão isentos de pagamento de mensalidade, no entanto não poderão exercer cargo de administração ou representação do Sindicato.

**Art. 9º** - De todo o ato lesivo de direito ou contrário a este Estatuto, emanado da Diretoria, poderá qualquer associado recorrer, dentro do prazo de trinta dias, para a Assembléia Geral.

## CAPÍTULO III

### DAS PENALIDADES

**Art. 10º** – Os associados estão sujeitos as penalidades de suspensão e eliminação do quadro social:

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*





**1) Serão suspensos os direitos dos associados:**

- a) Quando não comparecerem a três (3) assembleias consecutivas, sem causa justificada.
- b) Por desacato, a Assembleia Geral ou a Diretoria;
- c) Automaticamente, quando, sem motivo justificado atrasarem o pagamento de suas mensalidades;
- d) Quando deixarem de pagar as demais contribuições estabelecidas pela Assembleia Geral.

**2) Serão eliminadas do quadro social:**

- a) Os que comprovadamente atuarem contra as decisões do sindicato, que visem à defesa dos interesses da categoria profissional;
- b) Os que deixarem de pertencer à categoria profissional;
- c) Os que transferirem da base territorial do Sindicato.

**Parágrafo Único:** As penalidades serão impostas pela Diretoria, cabendo recurso para a Assembleia Geral de acordo com este estatuto.

**Art. 11º** – A aplicação das penalidades, sob pena de nulidade, deverá ser precedida de audiência do associado, o qual poderá aduzir por escrito, sua defesa no prazo de dez (10) dias, contados do recebimento da notificação.

**Parágrafo Único:** A simples manifestação não será base para aplicação de qualquer penalidade, as quais só terão cabimento nos casos previstos neste estatuto.

**Art. 12º** – Os associados que tenham sido eliminados do quadro social poderão reingressar no Sindicato, desde que se habilitem, a juízo da Assembleia Geral, e no caso de suspensão por atraso no pagamento de mensalidade e outras contribuições e multas, terão suspensa a penalidade, após a liquidação de seus débitos, observado o estabelecido no art. 14, alínea g; pela Assembleia Geral.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS CONDIÇÕES DE VOTAR E DE SER VOTADO**

**Art. 13º** – São condições para o exercício do direito do voto, quer nas eleições ou nas Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias:

- a) Quitação da mensalidade do mês anterior, até (15) dias antes da realização das mesmas;
- b) Quitação das contribuições estabelecidas pela Assembleia Geral;
- c) Ter mais de seis (6) meses de inscrição no quadro social da Entidade;
- d) Ter mais de dois (2) anos de atividade na base territorial da Entidade;
- e) Ser maior de dezoito (18) anos.

**Art. 14º** – São condições para ser votado, em Eleições Sindicais e Assembleias Gerais;

*[Assinaturas manuscritas]*





- a) Preencher o requerimento dos itens "A" a "E" do artigo anterior;
- b) Ser maior de dezoito (18) anos;
- c) Ter tido suas contas aprovadas, quando em cargo de administração de qualquer Entidade Sindical;
- d) Não haver tido má conduta, devidamente comprovada;
- e) Ter votado nas últimas eleições realizadas pela entidade desde que em condições para tanto, ou justificado a sua omissão ou pago a multa, até sessenta (60) dias após a realização do pleito;
- f) Ter participado de pelo menos dois terços (2/3) das Assembleias Gerais, ordinárias e Extraordinárias realizadas nos últimos trinta e seis meses que antecedem a eleição;
- g) Não ter atrasada a mensalidade, por mais de três (3) meses no último período administrativo;
- h) Não participar de Comissão Eleitoral que dirigirá o pleito.

## **DOS PARCEIROS USUÁRIOS - DIREITOS E DEVERES**

### **SEÇÃO I**

#### **DOS PARCEIROS USUÁRIOS**

**Art. 15 °.** – A qualquer pessoa que exerça ou não a atividade de plantar ou criar animais, como atividade secundária, por lazer ou por atividade econômica, aposentado ou não, mesmo que não se enquadre na categoria de trabalhador da agricultura familiar é garantido o direito de se filiar-se como parceiro usuário, mediante preenchimento de uma proposta que será examinada pela Diretoria na primeira reunião subsequente ao pedido de filiação.

**Parágrafo Único:** Após a reunião da Diretoria, havendo a recusa de admissão, esta deverá ser comunicada formalmente ao interessado em três (3) dias, que terá prazo de cinco (5) dias para interpor recurso à Assembleia Geral, que analisará a situação na primeira Assembleia Geral que se realizar após a interposição do recurso.

### **SEÇÃO II**

#### **DOS DIREITOS DOS PARCEIROS USUÁRIOS**

**Art. 16 °.** – São direitos dos parceiro usuário:

- a) – utilizar os serviços de fornecimento de mercadorias existentes e que vierem a ser criados pelo Sindicato;
- b) – utilizar os serviços de escritório, atendimento médico, dentário e enfermagem existentes no Sindicato;
- c) – requerer medidas para a defesa dos seus direitos e interesses;
- a) – Participar das Assembleias Gerais, com direito a voz, sem, no entanto, ter direito a votar ou ser votado;





**Parágrafo Único.** – Os direitos conferidos pelo Sindicato ao parceiro usuário são pessoais e intransferíveis.

### **SEÇÃO III**

#### **DOS DEVERES DOS PARCEIROS USUÁRIO**

**Art. 17 °.** – São deveres dos parceiros usuários:

- a) – Pagar pontualmente as mensalidades fixadas em Assembleia Geral;
- b) – Pagar pontualmente os seus eventuais compromissos para com o Sindicato;
- c) – Prestigiar o Sindicato em todas as suas iniciativas;
- d) – Zelar pelo patrimônio e serviços do Sindicato;
- e) – Acatar todas as decisões emanadas da Assembleia Geral e da Diretoria;
- f) – Participar de todas as reuniões e Assembleias Gerais promovidas pelo Sindicato, sempre com direito a voz e sem direito a votar ou ser votado.
- g) – Zelar pelo patrimônio e serviços do Sindicato.

### **SEÇÃO IV**

#### **DAS PENALIDADES DOS PARCEIROS USUÁRIO**

**Art. 18°.** – Os parceiros usuário estarão sujeitos às seguintes penalidades:

- I) – Serão suspensos os parceiros usuários que:
  - a) – Desobedecerem ao Estatuto, as decisões da Assembleia Geral, falarem em nome do Sindicato sem a devida autorização e desacatarem publicamente o membro da Diretoria;
  - b) – Atrasarem o pagamento das suas obrigações com o Sindicato.
- II – Serão excluídos do quadro social os parceiros usuários que:
  - a) – Reincidirem em qualquer das infrações previstas no inciso anterior;
  - b) – Lesarem o patrimônio do Sindicato;
  - c) – Transferirem-se da base territorial do Sindicato para outra base;
  - d) – Atuarem, comprovadamente, contra decisões do Sindicato.

**Parágrafo Único:** As penalidades previstas nos incisos I e II serão impostas pela Diretoria, cabendo recurso à Assembleia Geral, em cinco (5) dias a contar do recebimento da notificação pelo parceiro usuário.

**Art. 19°.** – A aplicação da penalidade, sob pena de nulidade, deverá ser precedida de audiência do associado parceiro usuário, o qual deverá aduzir defesa, por escrito, no prazo de dez (10) dias, contados do recebimento da notificação.



**Parágrafo Único:** A simples manifestação da maioria não servirá de base para a aplicação de qualquer penalidade não prevista neste Estatuto.



**Art. 20º.** – Os parceiros usuários que tenham sido excluídos do quadro social poderão reingressar no Sindicato, desde que se habilitem, a juízo da Assembleia Geral, e os que tenham sido suspensos por atraso no pagamento de compromissos, terão sustado a penalidade no momento que liquidarem seus débitos.

**Parágrafo Único:** Os parceiros usuários não poderão exercer cargo de administração ou de representação sindical.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS ELEIÇÕES SINDICAIS**

#### **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 21º** - As eleições para a renovação de Diretoria, do Conselho Fiscal e da Delegação ao Conselho de Representantes da Federação da Categoria, deverão ser realizadas até trinta dias antes do término do mandato dos que estiverem em exercício.

**Parágrafo 1:** Não se realizando as eleições no prazo previsto neste artigo, ou não sendo alcançado o quorum estabelecido, o Presidente da Entidade convocará Assembleia Geral Extraordinária para escolha da Junta Governativa, composta de três (3) associados do Sindicato, que dirigirá a Entidade e realizará eleições, tudo por um prazo não superior a noventa (90) dias a contar do término do mandato de Diretoria em Exercício.

**Parágrafo 2:** Caberá também a Assembleia Geral Extraordinária, de que fala o Artigo I deste artigo, escolher três (3) associados para comporem o Conselho Fiscal da Entidade, que exercerão os seus cargos durante o período da administração da Junta Governativa.

**Parágrafo 3:** Os associados escolhidos, conforme estabelecem os dois parágrafos anteriores, serão elegíveis nas eleições subsequentes que a Entidade realiza.

**Art. 22º**- A eleição, em primeira convocação, só será válida se participarem da votação trinta por cento (30%) dos associados em condições de voto.

**Art. 23º**- Não obtido o quorum, de que trata o artigo anterior, nova votação será realizada dentro de quinze (15) dias, a qual será válida se votarem mais de dez por cento (10%) dos associados inscritos na primeira votação.

**Parágrafo Único:** Só poderão participar da eleição, em Segunda votação, as chapas e os associados inscritos na primeira.



**Art. 24º** – As eleições serão convocadas pelo Presidente da Entidade, mediante Edital de Convocação, afixado na sede social, e com ampla divulgação no meio dos trabalhadores, com antecedência mínima de trinta (30) dias, da data de sua realização.



**Art. 25º** – Do edital de convocação deverão constar os seguintes dados: a)  
Dia, mês e ano da votação, em 1ª e 2ª convocação;  
b) Locais e horários de votação;  
c) Prazo de registro de chapas;  
d) Horário de funcionamento do Sindicato para orientação aos associados sobre o registro de chapas;  
e) Prazo para comissão eleitoral.

## **2. DA COMISSÃO ELEITORAL**

**Art. 26º** – As eleições serão dirigidas por uma comissão eleitoral, formada por associados em pleno gozo de direito sindicais, da forma e atribuições seguintes:

### **a) - DA FORMA**

1º. Até o final do expediente do Sindicato, do décimo (10) dia, a contar afixação e publicidade do Edital de Convocação, todo o associado que quiser formar chapa para concorrer ao pleito, deverá apresentar o requerimento de registro de chapa, direcionado a Comissão Eleitoral, com a indicação, por escrito e com protocolo de recebimento ao Presidente do Sindicato, um associado, para integrar a Comissão Eleitoral;

2º. A Diretoria do Sindicato indicará também um associado, para cada indicação feita, que também integrarão a Comissão Eleitoral;

3º. A Comissão Eleitoral será instalada no décimo primeiro (11º) dia, a contar da afixação do edital de convocação da eleição, sendo obrigatória a presença de todos os indicados;

4. O não comparecimento de um ou mais integrantes da Comissão Eleitoral, não impedirá a sua instalação e funcionamento que ocorrerá com a presença de qualquer número;

5. A comissão Eleitoral, no dia marcado, reunir-se-á duas horas (2h) antes do final do expediente do Sindicato, quando escolherá um coordenador e um secretário.

6. A reunião da Comissão Eleitoral, estender-se-á até a hora do encerramento do expediente do Sindicato, para recebimento e registro de chapas;

7. Ao Coordenador compete convocar e coordenar todas as reuniões, assinar todas as publicações, juntamente com o secretário, bem como as atas.



8. Ao secretário compete assinar as publicações, juntamente com o coordenador, lavrar as atas das reuniões da Comissão, ter sob sua guarda o processo eleitoral, elaborando-o com assessoramento de funcionário do Sindicato.



### **b) DAS ATRIBUIÇÕES**

1. Receber a documentação do registro de chapas, fornecer o correspondente recibo, decidir sobre a aceitação ou não do registro de chapas, observado o disposto deste Estatutos;
2. Lavrar as atas das reuniões, através da Comissão, providenciar as publicações necessárias e zelar pela boa condução do processo eleitoral, visando dar oportunidades iguais as chapas concorrentes;
3. Indicar os integrantes das Mesas Coletoras;
4. Providenciar no material de votação e instruções aos integrantes das mesas coletoras
5. Indicar o Presidente da Mesa Apuradora;
6. Dar publicidade ao resultado do pleito;
7. Receber e julgar os recursos interpostos;
8. Julgar todos os casos omissos neste estatuto.

### **3. DO REGISTO DE CHAPAS**

**Art. 27º** – O requerimento de registro de chapa, dirigido a Comissão Eleitoral, poderá ser assinado por qualquer dos candidatos que a integrem e deverá ser acompanhada de ficha de qualificação de cada candidato, como os seguintes dados pessoais:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;
- c) Data de nascimento;
- d) Naturalidade;
- e) Estado civil;
- f) Endereço de Residência;
- g) Número da matrícula social e do CPF;





- h) Tempo de associado ao sindicato;
- i) Tempo de exercício da profissão;
- j) Nome e endereço do estabelecimento ou empresa em que trabalha;
- k) Cargo de direção ou representação sindical que exerce;
- L) Termo de responsabilidade sobre as informações da Ficha de qualificação, data e assinatura do candidato.

**Art. 28º** – A Comissão Eleitoral fará o exame da documentação e só em condições dará o correspondente comprovante do registro.

**Art. 29º** – Será recusado o registro da chapa que não contenha candidatos efetivos e suplentes em número suficiente e que não esteja acompanhada das fichas da qualificação assinada por todos os candidatos, efetivos e suplentes.

**Art. 30º** – Encerrado o prazo para registro de chapas, a Comissão Eleitoral providenciará:

1) Imediata lavratura da ata de registro de chapas, mencionando-as, como numeração crescente, de acordo com a ordem de indicação do associado para compor a Comissão Eleitoral;

2) Dentro de setenta e duas (72) horas, a composição providenciará a cédula única, na qual deverão ficar todas as chapas, em ordem numérica com respectivos candidatos, efetivos e suplentes;

3) Imediata afixação da cédula na sede da entidade e na Prefeitura Municipal, bem como ampla publicidade visando informar o quadro social sobre as chapas inscritas.

**Art. 31º** – O prazo de registro de chapas é de dez (10) dias, até o encerramento do expediente do Sindicato, quando deverá ser indicado o componente de comissão eleitoral de cada chapa, sendo a documentação da chapa repassada, no décimo primeiro (11º) dia, à Comissão Eleitoral.

#### **4. DAS MESAS COLETORAS**

**Art. 32º** – As mesas coletoras serão constituídas de um Presidente, dois mesários e um suplente, designados pela Comissão Eleitoral.

**Parágrafo 1:** Para os fins previstos neste artigo, a comissão eleitoral fará a indicação até quinze (15) dias antes da data da eleição.

**Parágrafo 2:** Serão instaladas Mesas Coletoras, na sede do Sindicato, podendo ainda serem usadas, Mesas Coletoras itinerantes, o que deverá ser previsto no Edital Convocação das eleições.



**Parágrafo 3:** Os trabalhadores das Mesas Coletoras poderão ser acompanhados por fiscais designados pelos candidatos escolhidos dentre os eleitores, na proporção de um fiscal por chapa registrada para cada mesa coletora.



**Art. 33º** – Não poderão ser nomeados membros da Mesa Coletora:

- 1) Os candidatos, seus cônjuges e parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive;
- 2) Os Membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e da delegação ao conselho de representantes da federação, efetivos e suplentes, e os membros da Comissão Eleitoral bem como seus cônjuges e parentes, ainda que por afinidade até o segundo grau.

**Art. 34º** – Os mesários substituirão o presidente da Mesa Coletora, na ordem crescente de sua denominação numérica, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade dos trabalhos de votação.

**Parágrafo Único:** Poderá o mesário ou suplente que assumir a presidência nomear, dentre as pessoas presentes e observados os impedimentos constantes do artigo anterior, os membros que forem necessários para completar a mesa coletora.

## 5. DO MATERIAL DE VOTAÇÃO

**Art. 35º** – No dia anterior ao previsto para a votação, a Comissão Eleitoral entregará ao Presidente de cada Mesa Coletora, o seguinte material:

- a) Relação de todos os eleitores inscritos para o pleito;
- b) Folhas de votantes dos eleitores inscritos na mesa;
- c) Folhas de votantes para os votos em separado;
- d) Uma urna vazia;
- e) Cédulas únicas com as chapas registradas;
- f) Modelo da ata a ser lavrada pela Mesa Coletora;
- g) Um exemplar deste estatuto;
- h) Material de expediente necessário aos trabalhos de votação.

**Parágrafo 1:** A relação dos eleitores da mesa será organizada em ordem alfabética e com número da matrícula social de cada eleitor.

**Parágrafo 2:** Nas folhas de votação, além da assinatura ou da impressão digital do polegar direito do eleitor analfabeto, serão consignados o nome do eleitor e o número da matrícula social.

## 6. DA VOTAÇÃO

**Art. 36º** – No dia e local designado, trinta (30) minutos antes da hora do início da votação, os membros da Mesa Coletora verificarão se está em ordem o material de votação, providenciando o Presidente para que sejam supridas eventuais deficiências.

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*



**Art. 37º** – Na hora fixada no edital e tendo considerado o recinto e material em condição, bem como providenciando em cabine indevassável, o Presidente da Mesa declarará iniciados os trabalhos de votação.



**Art. 38º** – A votação terá duração mínima de seis (6) horas, observadas sempre as horas de início e encerramento previstas no edital de convocação.

**Parágrafo Único:** Os trabalhos de votação poderão ser encerrados antecipadamente se já tiverem votado todos os constantes da folha de votação da mesa.

**Art. 39º** – Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem sua apresentação a mesa, depois de identificado, assinará a folha de votação, receberá a cédula única rubricada pelo Presidente e Mesário e, na cabine indevassável, após assinala no retângulo próprio a chapa de sua preferência, a dobrará, depositando-a em seguida na urna colocada na Mesa Coletora.

**Parágrafo 1:** O eleitor analfabeto oporá a sua impressão digital do polegar direito na folha de votação, assinando o seu rogo um dos mesários.

**Parágrafo 2:** Antes de depositar a cédula única na urna, o eleitor deverá exhibir a parte rubricada a mesa para que esta verifique, sem a tocar, se é a mesma que foi entregue ao eleitor.

**Parágrafo 3:** Se a cédula não for a mesma, o eleitor será convidado a voltar a cabine indevassável e a trazer o seu voto na cédula que recebeu. Se o eleitor não proceder conforme o determinado, não poderá votar, anotando-se a ocorrência na ata.

**Art. 40º** – O eleitor será admitido a votar, no caso de omissão de seu nome da relação de eleitores, desde que exiba comprovante de associado do Sindicato no gozo dos seus direitos sindicais, devendo o comprovante conterem o número da matrícula social, sendo seu voto tomado em separado.

**Parágrafo Único:** Será também admitido a votar o eleitor ainda que deixe de exhibir comprovante de associado do Sindicato, no gozo de seus direitos sindicais, desde que seu nome conste da relação dos eleitores.

**Art. 41º** – A impugnação do voto, formulada pelos membros da mesa, fiscais, ou qualquer eleitor, será apresentada por escrito ou verbalmente, contendo o motivo da impugnação.

**Parágrafo Único:** Se apresentada verbalmente, a impugnação será anotada pelo Presidente da Mesa Coletora e acompanhará o voto em separado.

**Art. 42º** – Os eleitores cujo votos forem impugnados e aqueles cujos nomes não constarem na lista de votantes, terão seus nomes tomados em separado.

**Parágrafo Único:** O voto em separado será tomado da seguinte forma:

- a) O Presidente da Mesa Coletora determinará que o eleitor assine a folha de votação em separado, ou nela a oponha sua impressão digital do polegar direito se analfabeto;
- b) O Presidente da Mesa Coletora entregará sobre carta apropriada, para que, na presença da Mesa, nela o eleitor coloque cédula única que assinalo



impugnação ou o documento comprobatório da condição de associado no gozo dos direitos sindicais.

c) O Presidente da Mesa Coletora determinará que o eleitor feche a sobrecarta e a deposite na urna.

**Art. 43º** – São documentos válidos para identificação do eleitor constante da relação dos eleitores.

- a) Carteira de Identidade;
- b) Carteira/Cartão de Associado do Sindicato;
- c) Carteira de Trabalho e Previdência Social.

**Art. 44º** – Na hora determinada no edital para o encerramento da votação, havendo ainda no recinto eleitores aptos a votar, serão convidados em voz alta a fazerem a entrega ao Presidente da Mesa Coletora, dos documentos de identificação, prosseguindo os trabalhos até que vote o último eleitor.

**Parágrafo 1:** Encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada com aposição de tiras de papel gomado, rubricados pelos membros da Mesa Coletora e pelos fiscais.

**Parágrafo 2:** Em seguida o Presidente fará lavrar a ata, que será também assinada pelos mesários fiscais, registrando o local, a data e os horários de início e encerramento da votação, o número de votos em separado, bem como os protestos apresentados por eleitores candidatos ou fiscais.

**Parágrafo 3:** Assinada a ata, o Presidente da Mesa Coletora fará a entrega, ao Presidente da Mesa Apuradora, mediante recibo, a urna e o material utilizado durante a votação.

**Art. 45º** – Durante os trabalhos da Mesa Coletora poderão permanecer no recinto, os integrantes da mesa, os fiscais indicados e o eleitor, enquanto estiver votando, sendo vedada a interferência em seus trabalhos.

**Parágrafo Único:** Membros da Comissão Eleitoral poderão prestar informações ao Presidente da Mesa Coletora, desde que solicitado por ele.

## 7. DA APURAÇÃO

**Art. 46º** – A Mesa Apuradora será instalada na Sede do Sindicato, logo após o encerramento da votação, e será presidida por pessoa indicada pela Comissão Eleitoral, até quinze (15) dias antes das eleições.

**Parágrafo Único:** Juntamente com o Presidente a Comissão Eleitoral indicará dois mesários e um Secretário para auxiliarem nos trabalhos de apuração.

**Art. 47º** – Aberta a urna, o Presidente verificará se o número de cédulas corresponde ao de votantes.

**Parágrafo 1:** Se o número de cédulas for igual ou inferior ao de votantes, far-se-á a apuração dos votos;

**Parágrafo 2:** Se o número de cédulas for superior ao de votantes, o Presidente da Mesa tomará as seguintes providências:



a) Conferência de rubricas dos Membros da Mesa Coletora nas cédulas únicas, anulando os votos da não rubricadas ou com rubricas diferentes, desaparecendo a diferença, far-se-á a apuração dos votos constantes das cédulas devidamente rubricadas;



b) Persistindo a diferença, o Presidente procederá à recontagem do número de eleitores constantes da folha de votação e caso seja constatado engano na contagem procedida pela Mesa Coletora, fará a apuração;

c) Após tomada as providências dos dois incisos anteriores, se o número de cédulas continuar superior ao de votantes, proceder-se-á a apuração, descontando-se dos votos atribuídos a chapa mais votada o número de cédulas em excesso, desde que esse número seja inferior a diferença entre as duas chapas mais votadas, e sendo superior a urna será anulada.

**Art. 48º** – Antes de iniciar apuração de votos o Presidente inicialmente deverá:

a) Examinar as razões dos votos em separado, anulando os votos dos eleitores que não podiam votar;

b) Misturar as cédulas dos que podiam votar com as demais cédulas existentes na urna.

**Art. 49º** – Apresentando a cédula única qualquer sinal, rasura ou dizer suscetível de identificar o eleitor, ou tendo este assinado duas ou mais chapas, o voto será anulado.

**Art. 50º** – Os trabalhadores da Mesa Apuradora poderão ser acompanhados por fiscais, eleitores no pleito, na proporção de um fiscal por chapa registrada.

**Art. 51º** – Os fiscais poderão formular, perante a mesa, qualquer protesto referente a apuração, que deverá sempre ser por escrito e apresentado até o final dos trabalhadores de apuração, sob pena de não se tomar conhecimento dele.

**Art. 52º** – Os votos em separados, desde que decidida a sua apuração, serão computados para efeito de quorum.

**Art. 53º** – Finda a apuração, o Presidente da Mesa Apuradora proclamará eleita a chapa que tiver obtido o maior número de votos.

**Art. 54º** – Proclamado o resultado, o Presidente fará lavrar a ata de apuração, que será assinada pelos integrantes da mesa de fiscais e da qual deverão constar os seguintes dados relativos à apuração:

a) Dia e hora da abertura e encerramento dos trabalhadores de apuração;

b) Resultado de cada urna apurada, especificando-se os votos atribuídos a cada chapa, votos em brancos e nulos.

c) Número total de eleitores inscritos e que votaram;

d) Resultado total da apuração;

e) Proclamação e nominata da chapa eleita;

f) Protestos apresentados por escrito ou sua inexistência.



**Art. 55º** – Em caso de empate entre as chapas mais votadas, será proclamada aquela que tiver o encabeçador de chapa que for o associado mais antigo do Sindicato.



## 8. DAS NULIDADES

**Art. 56º** – Será nula a eleição quando:

- a) Realizada em dia, hora e local diversos dos designados no edital de convocação, ou encerrada antes da hora determinada, sem que hajam votado todos os eleitores constantes da lista de votantes.
- b) Realizada ou apurada perante mesa não constituída de acordo com os dispositivos deste Estatuto.

**Art. 57º** – Será anulável a eleição quando ocorrer vício que comprometa a sua legitimidade, importando em prejuízo a qualquer candidato ou chapa registrada.

**Parágrafo Único:** A anulação do voto não implicará na da urna em que a ocorrência se verificou, nem a anulação da urna importará na da eleição, salvo se o número de votos da urna anulada for superior ao da diferença entre as duas chapas mais votadas.

**Art. 58º** – Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe deu causa, nem aproveitará o seu responsável.

**Art. 59º** – A nulidade deverá ser invocada por concorrentes, mediante apresentação de expediente fundamentado, à Comissão Eleitoral, que julgará a questão em setenta e duas (72) horas e providenciará, se for o caso, em nova eleição em quinze (15) dias.

## 9. DOS RECURSOS

**Art. 60º** – Os recursos poderão ser interpostos, por qualquer integrante de chapa concorrente, no prazo de cinco (5) dias a contar da data da realização da eleição.

**Parágrafo Único:** No dia seguinte ao término do prazo de que trata este artigo, a Comissão Eleitoral enviará cópia dos recursos interpostos ao recorrido, para apresentação de contrarrazões no prazo de cinco (05) dias. Terminado este prazo, com ou sem contrarrazões ou sem elas, o recurso será apreciado e julgado pela Comissão Eleitoral em última instância, desde que requerido em cinco (05) dias após o recebimento da decisão da Comissão Eleitoral, pela Assembleia Geral, que deverá ser convocada pelo presidente a pedido da Comissão Eleitoral e realizada até trinta (30) dias após a decisão do interessado.

## 10. DO PROCESSO ELEITORAL

**Art. 61º** – À Comissão Eleitoral compete organizar o processo eleitoral, composto das seguintes peças:

- a) Edital de convocação;



- b) Comprovante da publicação do edital;
- c) Requerimento de registro de chapas e fichas de qualificação dos candidatos;
- d) Folhas de votantes;
- e) Expediente relativo à composição das mesas coletoras e apuradora;
- f) Atas de votação de cada urna;
- g) Ata de apuração;
- h) Protestos por escrito, recursos e contrarrazões;
- i) Relação dos votantes inscritos no pleito.



## CAPÍTULO VI

### DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

**Art. 62º** – São órgãos da administração:

- a) A **Assembleia Geral**;
- b) A **Diretoria**.

**Art. 63º** – As Assembleias Gerais são soberanas nas resoluções não contrárias a este Estatuto e suas deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, em relação ao total de associados em condições de voz e voto, em primeira convocação, e em segunda, por maioria dos votos dos associados presentes, meia hora após a primeira convocação, salvo os casos excepcionais previstos neste Estatuto.

**Parágrafo Único:** A convocação da Assembleia Geral será feita pelo Presidente, por Edital de Convocação afixado na sede do Sindicato, com antecedência mínima de dez (10) dias e ampla divulgação entre seus associados através de divulgação em mural próprio da entidade, rádio de ampla abrangência em sua base territorial e em suas redes sociais.

**Art. 64º** – A Assembleia Geral, além do que este Estatuto prescreve, deverá reunir-se ordinariamente, cada ano, até o mês de outubro para efetuar a prestação de contas do ano anterior e a previsão orçamentária para o seguinte, e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente, ou a maioria da Diretoria.

**Parágrafo Único:** Os associados quites, em número de dez (10%) por cento do quadro social, poderão convocar Assembleia Geral Extraordinária, mediante requerimento escrito, pormenorizando os motivos da convocação, cumprindo a Diretoria convocá-la dentro de quinze (15) dias, contados da entrega do requerimento a Secretaria.

- a) Na falta de convocação pelo Presidente, fá-la-ão, expirado o prazo de que trata este artigo, aqueles que deliberam convocar.
- b) Somente tratarão dos assuntos para os quais foi convocada a Assembleia Geral, e constarem expressamente da ordem do dia.
- c) Deverá comparecer a respectiva reunião, sob pena de nulidade da mesma, noventa (90%) por cento dos que a promoveram.
- d) No requerimento deverá constar, nome, matrícula e assinatura de todos os associados requerentes.



**Art. 65º** – A Administração do Sindicato será exercida por uma Diretoria, eleitos na forma deste Estatuto e terão um mandato de quatro (4) anos, com a seguinte constituição: A Diretoria terá quatro (4) membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro com respectivos suplentes.



**Art. 66º** – Juntamente com a Diretoria, será eleito um Conselho Fiscal com três (03) membros efetivos e o mesmo número de suplentes, ficando sua competência limitada a fiscalização da gestão financeira.

**Parágrafo Único:** O parecer do Conselho Fiscal sobre o Balanço, Previsão Orçamentária e suas alterações, será fornecido por escrito e devidamente assinado, devendo constar da ordem do dia da Assembléia Geral, nos termos deste Estatuto.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 67º** – A Diretoria compete:

- a) Fazer organizar cada ano, nos termos e prazos deste Estatuto, a Previsão Orçamentária, suas alterações, a contabilidade do Sindicato, levantando um Balanço Financeiro e Patrimonial em 31 de dezembro, o que também deverá ser feito por ocasião do término do mandato e o relatório das atividades desenvolvidas pela Diretoria no correspondente período.
- b) Admitir funcionários e profissionais liberais, fixar seus salários e honorários, com homologação da Assembléia Geral e demiti-los, obedecendo às disposições legais.
- c) Zelar pelo patrimônio do Sindicato, cumprir e fazer cumprir os dispositivos deste Estatuto e as decisões emanadas da Assembléia Geral.

**Art. 68º** – Ao Presidente compete:

- a) Representar o Sindicato perante a administração pública e em juízo, podendo, neste último caso, delegar poderes;
- d) Convocar e presidir as sessões da Diretoria e Assembléias Gerais;
- e) Assinar as atas das sessões, o orçamento anual e os papéis em geral;
- f) Ordenar as despesas autorizadas e assinar os cheques com o Tesoureiro;
- g) Propor, com a Diretoria, a criação de comissões permanente e especiais, convocando para integrá-las, os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal ou do quadro de associados;
- h) Convocar os suplentes da diretoria, conselho fiscal ou delegação federativa, quando necessário.

**Art. 69º** – Em caso de impedimento do Presidente, o Vice-Presidente será seu substituto legal.

**Art. 70º** – Ao Secretário compete:

- a) Dirigir e fiscalizar os serviços da secretaria;



- b) Diligenciar a boa guarda dos arquivos da entidade;
- c) Ler as atas das sessões da Diretoria e da Assembléia Geral.



**Art. 71º** – Ao Tesoureiro compete:

- a) Ter sob sua guarda e responsabilidade os valores do Sindicato;
- b) Assinar, com o Presidente, os cheques e efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados;
- c) Dirigir e fiscalizar os trabalhos de tesouraria;
- d) Apresentar ao Conselho Fiscal, o balanço anual e os documentos mensalmente;
- e) Recolher as disponibilidades do Sindicato ao banco designado pela diretoria e providenciar no sentido de que as disponibilidades financeiras rendam a favor do Sindicato.

**Art. 72º** – Ao Conselho Fiscal compete:

- a) Reunir-se ordinariamente uma vez a cada mês para exame das receitas e despesas do Sindicato e os balancetes;
- b) Reunir-se extraordinariamente quando convocado;
- c) Dar seu parecer sobre os balanços, previsões orçamentárias, suas alterações e sobre aquisições e venda de bens imóveis do Sindicato.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA PERDA DO MANDATO E DAS SUBSTITUIÇÕES DE CARGOS**

**Art. 73º** – Os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e da Delegação Federativa perderão o seu mandato nos seguintes casos:

- a) Malversação ou Dilapidação do patrimônio social;
- b) Grave violação deste Estatuto, a critério da Assembleia Geral;
- c) Abandono do cargo, assim considerada ausência não justificada a três (3) reuniões sucessivas, tanto do respectivo órgão, como de Assembléia Gerais;
- d) Aceitação ou solicitação de transferência que importe no afastamento do exercício do cargo;

**Parágrafo 1º** – A perda do mandato será declarada pela Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim;

**Parágrafo 2º** – Toda suspensão ou perda de cargo administrativo, deverá ser precedida de notificação, que assegure ao interessado pleno direito de defesa, cabendo recursos nos termos deste Estatuto.

**Art. 74º** – Na hipótese de perda do mandato, as substituições far-se-ão de acordo com o dispositivo neste Estatuto.

**Art. 75º** – A convocação dos suplentes compete ao Presidente da Entidade ou seu substituto legal.



**Art. 76º** – Havendo denuncia ou restituição de qualquer membro da Diretoria, assumirá, automaticamente, o cargo vacante, o substituto legal previsto neste Estatuto.

**Parágrafo 1-** As renúncias ou licenças serão comunicadas, por escrito e com firma reconhecida, ao Presidente do Sindicato.

**Parágrafo 2-** Em se tratando de renúncia ou licença do Presidente, será esta elaborada, na forma do parágrafo anterior, dirigida ao seu substituto legal, que tomará todas as providências dentro do que estabelece este Estatuto.

**Art. 77º** – Em caso de renúncia coletiva, será ela feita por escrito e com firmas reconhecidas a Assembléia Geral, que devera ser convocada pela Diretoria renunciante em três (03) dias, para formação de junta Governativa, que terá as atribuições contidas neste Estatuto.

**Art. 78º** – Os renunciantes ou os que abandonaram o cargo, nos termos deste estatuto, ficam impedidos de concorrer em quaisquer eleições que o Sindicato fizer durante quinze (15) anos.

**Art. 79º** – Em caso de falecimento de membros da diretoria, conselho fiscal ou delegação federativa, proceder-se-á a substituição na forma deste Estatuto.

## **CAPÍTULO IX**

### **DO PATRIMÔNIO**

#### **DAS FONTES DE RECURSOS E DO PATRIMÔNIO**

**Art. 80º** – Constituem fontes de recursos e patrimônio do Sindicato:

- a) As mensalidades
- b) As Contribuições Confederativas e Assistenciais
- c) A Contribuição Sindical;
- d) As doações;
- e) Convênios e subvenções;
- f) Os aluguéis e os rendimentos de títulos e depósitos;
- g) As multas e outras rendas eventuais;
- h) Os bens e valores adquiridos e produzidos;
- i) Rendimentos de atividades comerciais e outras prestações de serviços;
- j) Os bens móveis, imóveis e veículos.

**Art. 81º** – A administração do patrimônio do Sindicato compete a sua Diretoria.

**Art. 82º** – A alienação dos bens imóveis do Sindicato somente poderá ser feita mediante Assembléia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esta finalidade, nos termos deste Estatuto e deverá a Diretoria do Sindicato providenciar, antes da sua realização, avaliação por três profissionais dos bens em questão e se a alienação foi



aprovada, somente poderá ser feita mediante publicação em jornal de Edital de Concorrência Pública.



**Art. 83º** – Os atos que importem em malversação ou dilapidação do patrimônio do Sindicato, ficam equiparados ao crime de peculato, julgado e punido na conformidade de legislação penal vigente.

**Art. 84º** – No caso de extinção ou dissolução do Sindicato, que só dar-se-á por deliberação de Assembléia Geral Extraordinária convocada nos termos deste Estatuto, com a presença de dois terços (2/3) dos associados quites e com a aprovação de pelo menos cinquenta (50%) por cento dos associados presentes, o patrimônio líquido será destinado a outra Entidade Sindical, que nesta mesma Assembléia Geral será escolhida.

## **CAPÍTULO X**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 85º** – Dentro da respectiva base territorial o Sindicato, quando julgar oportuno, instituirá delegacias ou seções para melhor proteção dos seus associados e da categoria representada.

**Art. 86º** – Não havendo disposição especial contrária, prescreverá em dois (02) anos o direito de pleitear a reparação de qualquer ato infringente de disposição neste Estatuto.

**Art. 87º** – Os associados do Sindicato não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações do Sindicato.

**Art. 88º** – Juntamente com a Diretoria, Conselho Fiscal e respectivos suplentes para o mesmo prazo de mandato, poderão ser eleitos Delegados Representantes para a Federação da categoria, em número de efetivos e suplentes que ela designar, como também é permitido a Diretoria efetiva ocupar tais cargos, observada a colocação da chapa eleita, a partir do primeiro colocado como efetivo da diretoria.

**Art. 89º** – Em caso de vacância de cargos suplentes tanto para Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Federativos, deverá ser convocada eleição complementar, observado os requisitos constantes neste Estatuto, a respeito de eleições.

**Art. 90º** – Todos os prazos constantes deste Estatuto são computados, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do final, e se este cair em dias que o Sindicato normalmente não possuir expediente completo, o prazo prorrogar-se-á para o primeiro dia útil subsequente.

**Art. 91º** – O Sindicato não visa distribuição de lucros, devendo aplicar suas receitas e recursos financeiros em pessoal, custeios operacionais, manutenção, reposição do patrimônio, visando, casa vez mais o alcance de suas finalidades e objetivos.

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*





**Art. 92º** – Este Estatuto poderá ser reformado por Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esta finalidade, com a presença de dois terços (2/3) dos associados quites, em primeira convocação, e, com qualquer número de associados presentes, em segunda convocação, meia hora após a primeira.

**Este Estatuto entra em vigor após a Aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data.**

**Alegrete – RS – Brasil, 26 de junho de 2023.**



*Jesus Dorneles*  
**Jesus Alzir Fernandes Dorneles**  
**Presidente do Sindicato**



*Nara*  
**Nara Rejane Barbosa Leite**  
**Assessora Jurídica – OAB/RS 30.194**

**1º TABELIONATO SOUZA**  
Rua Luiz de Freitas, 47 - Alegrete - RS - CEP 97541-350 - Fone: (55) 3422-2589 - Fax: (55) 3422-5355  
Tabelião: Antonio Jorge Lima Barcellos de Souza

Reconheço Autenticas as firmas de **JESUS ALZIR FERNANDES DORNELES e NARA REJANE BARBOSA LEITE**, presentes na presença de out: *[Signature]*

**EM TESTEMUNHO DA VERDADE**  
Alegrete, 14 de novembro de 2023  
**LEANDRO GARCIA BARCELLOS DE SOUZA - 3º Substituto do Tabelião**  
E-mail: R\$ 12,00 + Selo digital: R\$ 3,50 (747.01.2300001.24455 e 24456 [22D])

**1º TABELIONATO SOUZA**  
**Leandro G. B. de Souza**  
**3º Substituto do Tabelião**



RIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
Unidade Assis Brasil, n° 1287-Alegrete/RS. Fone: (55) 34213262  
O Registrador: Francisco das Chagas Ferreira de Oliveira Júnior



PROTÓCOLO Nº 376 de 14/11/2023, do livro A-8

14/11/2023

AV-14542/AV-14543 de 14/11/2023 a 201 f.

Alegrete, segunda-feira, 20 de novembro de 2023.

Emolumentos: Total: R\$ 151,90 = R\$ 15,40 = R\$ 165,00

Exame documental: R\$ 34,40 (0749.041070001.09585 = R\$

4,40) - Averbação: PJ & Aut. eletrônicas: R\$ 81,10

(0749.041070001.09585 = R\$ 10,00) - Digitalização: R\$ 10,00

(0749.041070001.09585 = R\$ 2,50) - Processamento

eletrônico: R\$ 40,00 (0749.041070001.09585 = R\$ 1,80).



Oficial Substituto

QUARTORIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS  
NATURAIS E ESPECIAIS DA COMARCA DE ALEGRETE-RS

Francisco das Chagas Ferreira de Oliveira Júnior  
Tabelião e Registrador

Cibele Kummer Friuza  
Oficial Substituto

Alessandra Bica de Castro  
Escritor Autorizada

Gabriel dos Santos Vieira  
Escritor Autorizado

Luciano Oliveira Costa  
Escritor Autorizado





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE**  
**CNPJ: 87.537.429/0001-09**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 08:20:53 do dia 10/03/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/09/2025.

Código de controle da certidão: **877E.9506.028E.6724**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**RECEITA ESTADUAL**

Nome: **SIND TRAB RURAIS DE ALEGRETE**

CNPJ base: **87.537.429/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

**Certificamos** que, aos **23 dias do mês de JUNHO do ano de 2025**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

**CERTIDAO NEGATIVA**

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1. Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arroleamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 21/8/2025.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em  
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>  
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **35514634**  
Autenticação: **45880434**







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 87.537.429/0001-09

Certidão nº: 14004647/2025

Expedição: 10/03/2025, às 08:24:54

Validade: 06/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **87.537.429/0001-09**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA DE ALEGRETE RS  
SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA**

2025 / 7123

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Contribuinte: 31300  
SINDICATO DOS TRAB RURAIS DE ALEGRETE  
CNPJ/CPF.....: 87.537.429/0001-09  
Endereço.....: PRESIDENTE DUTRA 89 -  
97541440 CENTRO ALEGRETE RS

CERTIFICO, a pedido da parte interessada que revendo os arquivos de lançamentos desta repartição verifiquei que EXISTEM DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS referentes ao CONTRIBUINTE acima mencionado, PORÉM os mesmos NÃO estão vencidos ou estão suspensos até a presente data.

Esta certidão não exclui o direito do Fisco Municipal exigir a qualquer tempo os débitos que venham a ser apurados relativos ao CONTRIBUINTE acima identificado.

Esta certidão tem VALIDADE por 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

Alegrete, 17 de Julho de 2025.

A presente certidão foi emitida em meio eletrônico, para verificar sua autenticidade acesse o endereço abaixo:

<https://alegrete.gov.br.cloud:8443/cidadao>  
No menu AUTENTICIDADE CERTIDÃO DE DÉBITOS  
Ano Certidão.....: 2025  
Número Certidão.....: 7123  
Nrº de Autenticidade: 36631112036631





Voltar

Imprimir



### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 87.537.429/0001-09  
**Razão Social:** SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE  
**Endereço:** RUA PRESIDENTE DUTRA 204 CASA / CENTRO / ALEGRETE / RS / 97540-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 15/07/2025 a 13/08/2025

**Certificação Número:** 2025071509240563628424

Informação obtida em 17/07/2025 10:52:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



# ORÇAMENTO

RAZÃO SOCIAL: CASA DE CARNES SANTA ANTÔNIO

CNPJ: 132135080001/10

ENDEREÇO: ASSIS BRASIL 869 CIDADE ALTA

CLIENTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE E  
FESTA DO MILHO

CNPJ: 87537429/0001-09

DESCRIÇÃO:

PRODUTO: 60 KG DE COXA E SOBRECOXA

R\$ 10,90 KG TOTAL: R\$ 654,00

PRODUTO: 30 KG CENTRO DA PALETA

R\$ 28,99 KG TOTAL: R\$ 869,70

PRODUTO: 80 KG CAPA DE FILÉ

R\$ 28,99 KG TOTAL: 2.319,20

3842,30



13.213.508/0001-10

SANTO ANTÔNIO COMÉRCIO  
DE CARNES EIRELI

Av. Assis Brasil, 869 - Bairro Cidade Alta

CEP: 97543-000 - ALEGRETE/RS



**ORÇAMENTO:**

**RAZÃO SOCIAL :** Gerson Luiz S. Manganeli

**CNPJ:** 04.279569/0001-99

**ENDEREÇO:** Av Republica Riograndense 832

**TELEFONE:** 3422-8574

**CLIENTE:** SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE

( FESTA DO MILHO )

**CNPJ :** 87537429/0001-09

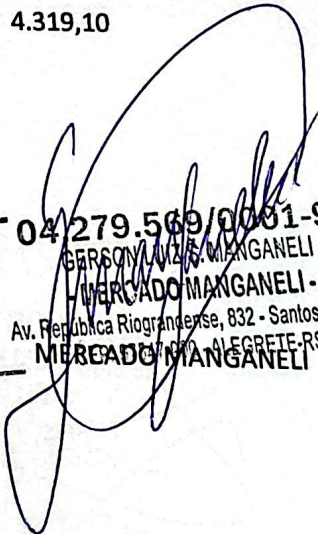
**80 KG CAPA DE FILÉ R\$ 34,50 -2.760,00**

**30 KG CENTRO DE PALETA C/OSSO R\$ 29,99 – 899,70**

**60 KG COXA E SOBRECOXA S/DORSO R\$ 10,99 – 659,40**

**TOTAL R\$ 4.319,10**

**ALEGRETE 10 DE MARÇO DE 2025**

  
[ 04.279.569/0001-99 ]  
GERSON LUIZ S. MANGANELI  
MERCADO MANGANELI -  
Av. Republica Riograndense, 832 - Santos Dumont  
[ MERCADO MANGANELI ]



# ORÇAMENTO

**CLIENTE:** SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE- FESTA DO MILHO

**CNPJ:** 87.537.429/0001-09

**Razão Social:** Tambara Com. e Dist. de Alimentos LTDA

**CNPJ:** 04.506.252/0001-48

**ENDEREÇO:** Av. Ibicuí, 329 Ibirapuitã

**TELEFONE:** 34228767

Descrição	Quant.	Valor un.	Total
Coxa/sobrecoxa	60 kg	11,99	R\$ 719,40
Capa de Filé	80 kg	35,99	R\$ 2.879,20
Centro da Paleta	30 kg	28,99	R\$ 869,70

4.468,30

14/03/2025

04.506.252/0001-48

TAMBARA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO  
DE ALIMENTOS LTDA.

Av. Ibicuí, 331 - Bairro Ibirapuitã

CEP: 97546-000 - ALEGRETE/RS

Carmen Flores



Piquete Trabalho do Parocho

PREFEITURA DE ALEGRETE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER



### ORÇAMENTO

Razão Social: Tambara Com Dist. de Alimentos LTDA

CNPJ: 04.506.252/0001-48

Endereço: AV. Ibicuí 329 - Ibirapuitã

Telefone: 34228767

Cliente: ~~PREFEITURA DE ALEGRETE~~ SINDICATO DOS TRABALHADORES  
RURAIS DE ALEGRETE - FESTA DO MILHO

Orçamento: ~~LOTE-01~~ CNPJ: 87537423/0001-03

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
1	Contratação de empresa para organizar e executar a	Serviço	1	

Data: 14/03/25

Validade do Orçamento: 180 dias

04.506.252/0001-48  
TAMBARA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO  
DE ALIMENTOS LTDA.  
Av. Ibicuí, 331 - Bairro Ibirapuitã  
CEP: 97546-000 - ALEGRETE/RS

*[Handwritten signature]*

Assinatura do Responsável da Empresa

Carimbo do CNPJ da Empresa

Casa/sobrecasa R\$ 11,99 kg — 60 kg = R\$ 719,40  
Capa do file R\$ 35,99 kg — 80 kg = R\$ 2.879,20  
Centro da palita R\$ 28,99 kg — 30 kg = R\$ 869,70



## **ORÇAMENTO**

**RAZÃO SOCIAL:** Lolo Festas  
Alegrete

**CNPJ:** 48479718000139

**Endereço:** Cidade: Flores da cunha 149

**Contato:**Fone:55 34214617

**CLIENTE:** SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE, FESTA DO  
MILHO

### **1. Especificação dos itens/serviços:**

**30 kits mesas com cadeiras R\$ 570.00**

**Frete R\$ 380.00**

**Alegrete, 19 de março de 2025**



0.00

*Fabrizio Lima Rosado*

**ASSINATURA:**

**Fabrizio lima rosado**



PREFEITURA DE ALEGRETE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESPORTE E LAZER

**ORÇAMENTO**

RAZÃO SOCIAL: Complexo Esportivo Pizeta

CNPJ: 43.893.409 0001/97

ENDEREÇO: AV. IBICUI 893, CENTRO NAHID

TELEFONE: 55 996522632

CLIENTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE, FESTA DO MILHO. CNPJ 87.537.429/0001-09

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
	30 MESAS COM 12 CADREIRAS	R\$ 600,00	30 MESAS	R\$ 5,00
	FRETE	R\$ 400,00	120 CADREIRAS	

DATA: 18/03/2025

VALIDADE DO ORÇAMENTO 180 DI

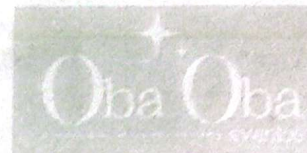
  
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA EMPRESA

**43.893.409/0001-97**  
**MATTHEUS M. PIZETA PINTO-ME**  
**- COMPLEXO ESPORTIVO PIZETA -**  
Av. Ibicuí, 893 - Bairro Ibirapuitã  
CEP: 9746-000 - ALEGRETE-RS

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA



OBA OBA EVENTOS  
CNPJ 03.886.224/0001-30  
RUA BARÃO DO CERRO LARGO, 1135 – ALEGRETE/RS  
CEP 97542-081  
RAZÃO SOCIAL: DELCI DE ALMEIDA GOULART  
CONTATO: (55) 3421 1192 – CONTATO CELULAR: (55) 999467261 (JOSÉ)



ORÇAMENTO
DATA DO EVENTO: 12/04/2025 E 13/04/2025
LOCAL: PIQUETE TRADIÇÃO DO PAROVÉ
EMPRESA: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE
CNPJ: 87.537.429/0001-09
EVENTO FESTA DO MILHO 2025

**LOCAÇÃO DE MATERIAL:**

- 30 CONJUNTOS DE MESA DE PVC COM 4 CADEIRAS PVC SEM BRAÇO  
COM ENTREGA NO LOCAL E RECOLHIMENTO

**VALOR TOTAL: R\$ 1.530,00**

Orçamento valido por 60 dias.

Alegrete, 17 de Março de 2025.

DELCI DE ALMEIDA GOULART  
CPF 261.140.030-04  
CNPJ: 03.886.224/0001-30



PREFEITURA DE ALEGRETE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESPORTE E LAZER

ORÇAMENTO

RAZÃO SOCIAL: João Maurício Cariolato Pereira

CNPJ: 42.437.879/0001-83

ENDEREÇO: Adelfo Santo Gómea 171 TELEFONE: (55) 999274676

CLIENTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE, FESTA DO MILHO. CNPJ 87.537.429/0001-09

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
	<u>Senhorização e baile de 4 horas no sábado e 4 horas no domingo e municipalização do novo Dias 12 e 13 de Abril</u>			<u>2.450,00</u>

DATA: 14/3/2025

VALIDADE DO ORÇAMENTO 180 DIAS



João Maurício G. Pereira

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA EMPRESA

42.437.879/0001-83

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

**1º TABELIONATO SOUZA**  
Rua Luiz de Freitas, 47 - Alegrete - RS - CEP 97541-350 - Fone: (55) 3422-2589 - Fax: (55) 3422-5355  
Tabelião: Antonio Jorge Lima Barcellos de Souza

Reconheço por Semelhança a firma de **JOÃO MAURÍCIO CARIOLATTO PEREIRA**. Dou fé.  
EM TESTEMUNHO DA VERDADE  
Alegrete, 9 de abril de 2025  
LEANDRO GARCIA BARCELLOS DE SOUZA - 2º Substituto do Tabelião  
Emol: R\$ 10,30 + Selo digital: R\$ 2,90 (747.02.2600001.03484 [CBE])

**1º TABELIONATO SOUZA**  
Leandro G. B. de Souza  
3º Substituto do Tabelião



# Tempestade de Cultura

CLIENTE: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegrete  
CNPJ: 87537429/000-1-09

**Data:** 13/03/2025

 (55) 99706-3499



ORÇAMENTO

Razão Social: Jorge Luis Teodoro Dias

CNPJ: 21.242.330/0001-63

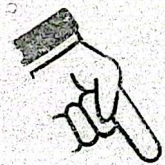
Endereço: Rua Pedro de Souza, 765 Telefone: 35997041154

Cliente: ~~PREFEITURA DE ALEGRETE~~ SINDICATO DOS TRABALHADORES  
RAIAIS DE ALEGRETE - FESTA DO MILHO  
Orçamento: LOTE 01 CNPJ: 87537423/0001-03

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
1	Contratação de empresa para organizar e executar a	Serviço	1	4.5000

Data: 08/04/2025

Validade do Orçamento: 180 dias



[Assinatura]

Assinatura do Responsável da Empresa

Sonorização no evento  
4 horas de música ao vivo  
no sábado e três horas no  
domingo a tar de

Carimbo do CNPJ da Empresa



PREFEITURA DE ALEGRETE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESPORTE E LAZER

**ORÇAMENTO**

RAZÃO SOCIAL: Lilian Rosell

CNPJ: 21.516.138/0001-18

ENDEREÇO: Corvoelho 81

TELEFONE: (51) 999091997

CLIENTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE, FESTA DO MILHO. CNPJ 87.537.429/0001-09

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
<del>40 kg</del>	Batato Ing.	kg	40	2.00
	tomate	kg	15	3.00
	Cebola	"	20	3.50
	Cenoura	"	30	4.00
	Beterraba	ud	10	6.00
	Repolho	ud.	10	3.00
	Tem p.v	kg	5 kg	7.00
	Pimentão - v			

430,00

DATA: 18/03/25

VALIDADE DO ORÇAMENTO 180 DIAS

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA EMPRESA

Lilian Rosell

21.516.138/0001-18  
LILIAN ROSELL DE SOUZA - EPP  
- HORTIFRUTI ROSELL -  
Rua Carvalho, 51 - Capão do Angico  
CEP: 97.547-120 - ALEGRETE-RS

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA



PREFEITURA DE ALEGRETE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESPORTE E LAZER

**ORÇAMENTO**

RAZÃO SOCIAL: FRUTEIRA PAIM 2

CNPJ: 33.211.622.0001-18

ENDEREÇO: ALEXANDRE LISBOA

TELEFONE: 996868532

CLIENTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE, FESTA D  
MILHO. CNPJ 87.537.429/0001-09

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁF
	40kg BATATA INGLESA	1000 kg		79,60
	15kg TOMATE	7,00 kg		105,00
	20kg CEBOLA	8,00 kg		60,00
	10kg CENOURA	4,50 kg		45,00
	10kg BETERRABA	3,50		35,00
	10kg REPOLHO	7,00		70,00
	10 TEMPERO VERDE	3,50		35,00
	5kg PIMENTÃO	10,00		50,00
				479

DATA: 18 / 03 / 2024

VALIDADE DO ORÇAMENTO 180

  
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA EMPRESA

33.211.622/0001-18  
JOÃO VICTOR JARDIM PAIM - ME  
- FRUTEIRA PAIM 2 -  
Av. Alexandre Lisboa, 209 - Centro  
CEP: 97542-020 - ALEGRETE-RS -

CARIMBO DO CNPJ DA EMPI



PREFEITURA DE ALEGRETE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESPORTE E LAZER

ORÇAMENTO

RAZÃO SOCIAL: DESIRE DA SILVEIRA EMMEI

CNPJ: 13.869.223/0001/31

ENDEREÇO: RUA GEN LAMPÃO 434 TELEFONE: 999949068

CLIENTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE, FESTA DO MILHO. CNPJ 87.537.429/0001-09

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
	BATATA INGLES	KG	40	3,45
	TOMATE L.V.	KG	15	6,45
	CEBOLA	KG	20	2,95
	CENOURA	KG	10	3,95
	ABERREDA	KG	10	4,45
	REPOLHO	UN	10	8,45
	PIMENTÃO	K	5	8,95

DATA:   /  /  

VALIDADE DO ORÇAMENTO 180 DIAS

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA EMPRESA

SUPERMERCADO **ESTRELA**  
Desire da Silveira Emmel  
CNPJ: 13.869.223/0001-31  
Insc. Estadual: 002/0135246

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA



## Orçamento

Razão Social: **João Mauricio Cariolatto Pereira**

CNPJ: **42.437.879/0001-83**

Endereço: **Rua Adolpho Souto Correa, nº 171 Bairro vila Nova  
Alegrete/RS**

Contratante: **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegrete-XVI  
Festa do Milho e Aniversário Piquete Tradição do Parové**

CNPJ: **87.537.429/0001-09**

### Serviços:

**Sonorização Baile Aniversário Piquete Tradição do Parové-dia  
16/08/2025-04 horas-R\$2.300,00**



*João Mauricio Cariolatto Pereira*

**João Mauricio Cariolatto Pereira**

<b>1º TABELIONATO SOUZA</b>	
Rua Luiz de Freitas, 47 - Alegrete - RS - CEP 97541-350 - Fone: (55) 3422-2589 - Fax: (55) 3422-5355	
Tabelião: Antonio Jorge Lima Barcellos de Souza	
	Reconheço por <b>Semelhança</b> a firma de <b>JOÃO MAURÍCIO CARIOLATTO PEREIRA</b> . Dou fé.
	EM TESTEMUNHO DA VERDADE
	Alegrete, 9 de abril de 2025
	LEANDRO GARCIA BARCELLOS DE SOUZA - 2º Substituto do Tabelião
Emol. R\$ 10,30 + Selo digital: R\$ 2,99 0747.02.2600001.03483 (800)	
<b>1º TABELIONATO SOUZA</b>	
Leandro G. B. de Souza	
3º Substituto do Tabelião	

08/04/2025



# ORÇAMENTO

Para: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegrete

Evento: Aniversário PQT Tradição do Parové

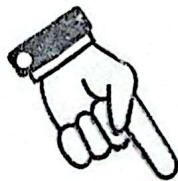
A empresa Temperado a Gaitaço, representado pelo seu dono Marcio Nunes Leal, portador do CNPJ 43.245.121/0001-06, com endereço na Rua José Lucio Faraco nº114 Nova Brasília, em Alegrete-RS, CEP 97.546-360, informa que o serviço de sonorização para dia 16/08/2025 é de R\$ 2.320.00 ( dois mil trezentos e vinte reais).

ESPECIFICAÇÃO:

5 HORAS DE BAILE COM SONORIZAÇÃO

Orçamento válido por 30 dias

Alegrete, 8 de abril de 2025.



*Marcio Nunes Leal*

Marcio Nunes Leal

CNPJ 43..245.121/0001-06



## Orçamento

Referente a um evento situado no PQT Tradição do Parové 3º subdistrito

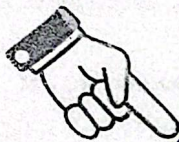
Onde será realizado dia 16/08/2025 um baile gaúcho com duração de 4hrs

Animação Grupo Balanço de Ouro

Valor referido R\$ 2.400,00

Contratado: Leonardo Varalo Porto

CPF: 01583499032



*Leonardo Varalo Porto*

Orçamento data 08/04/2025

<b>1º TABELIONATO SOUZA</b>	
Rua Luiz de Freitas, 47 - Alegrete - RS - CEP 97541-350 - Fone: (55) 3422-2589 - Fax: (55) 3422-5355	
Tabelião: Antonio Jorge Lima Barcellos de Souza	
	Reconheço por Semelhança a firma de <b>LEONARDO VARALO</b>
	<b>PORTO. Dou fé.</b>
	<b>EM TESTEMUNHO DA VERDADE</b>
	Alegrete, 9 de abril de 2025
<b>LEANDRO GARCIA BARCELLOS DE SOUZA - 2º Substituto do Tabelião</b>	
Emol: R\$ 10,30 + Selo digital: R\$ 2,90 (747.02.2600001.03486 (55-11))	

**1º TABELIONATO SOUZA**

**Leandro G. B. de Souza**  
**3º Substituto do Tabelião**



**PREFEITURA DE ALEGRETE**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER/PGM/2025

Alegrete, 24 de julho de 2025.

ASSUNTO: Parceria – Lei nº 13.019/2014 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegrete

CONSULENTE: Sec. Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**1 – RELATÓRIO**

Trata-se de uma solicitação de parecer oriundo da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Gestão de Parcerias, por meio do Memorando Idoc. nº 9449/2025, para que seja formalizada a parceria com a entidade SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE, CNPJ nº 87.537.429/0001, no valor de R\$ 9.992,50 (nove mil, novecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) em parcela única.

O Objeto do Plano de Trabalho é no sentido de buscar um valor complementar para custear despesas da realização da XVI edição da Festa do Milho e aniversário do Piquete Tradição do Parovê.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

A Lei nº 13.019/2014 estabelece o Regime Jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSC), em regime de mútua cooperação, envolvendo ou não transferências de recursos para a consecução de finalidades de interesses públicos e recíprocos, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de Colaboração e Fomento ou em Acordos de Cooperação. As organizações da Sociedade Civil estão identificadas no art. 2º, I da referida Lei.

Com a referida Lei, foram estabelecidos requisitos de Transparência, Chamamento Público (como regra), Prestação de Contas, Monitoramento e Avaliação, dentre outros. Portanto, não é suficiente, apenas, a análise da Pessoa Jurídica de Direito Privado para a aplicabilidade ou não da Lei nº 13.019/2014. É necessário que se analise conjuntamente o objeto da relação jurídica mantida com o Poder Público e a natureza da instituição com a qual tal vínculo será celebrado. Somente a partir da análise da natureza jurídica e da pessoa com a qual o Município celebrará é que torna viável uma cognição acurada sobre a aplicação do regime jurídico das parcerias.

Ademais, o art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, assegura que será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, **em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica**, como no presente caso, devendo seguir o rito do art. 32 da referida Lei.

O art. 33 da Lei suprarreferida, estabelece que para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam expressamente objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social. Sendo assim, a Festa do Milho, pelo que depreende o Plano de Trabalho, atualmente em sua 16ª edição, integra oficialmente o Calendário de Eventos do Município, configurando-se como uma iniciativa



reconhecida relevância pública e social. Trata-se, assim, de um evento tradicional que promove a valorização da produção agrícola local, especialmente o cultivo do milho, fomentando o desenvolvimento rural.

Além de seu caráter festivo, a festividade possui cunho informativo e educativo, proporcionando à comunidade rural acesso a conhecimentos técnicos e incentivo à diversificação das atividades agropecuárias. Ademais, contribui para o fortalecimento da identidade cultural da região, por meio da promoção de manifestações artísticas, culturais e de integração comunitária.

Sendo assim, é necessário que a Gestora de Parcerias, verifique no Plano de Trabalho, se todas as certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa estão de acordo com a Parceria desejada, caso falte alguma certidão necessária, que apense em caráter de urgência ao Plano de Trabalho.

Por fim, destaca-se que a Secretaria de Finanças e Orçamento, em seu despacho nº 15, no Memorando Idoc. nº 9449/2025, confirmou a dotação orçamentária para a despesa desejada, sendo: 08.04.13.392.1047.2.345000.3.3.50.43.07.00.1500.0001 (13854). Contudo, a formalização desta parceria somente será possível se o Sindicato atualizar a sua conta bancária, visto que conforme exposto no art. 51 da Lei Federal nº 13.019/2014, a conta corrente indicada deve ser em uma instituição financeira pública. Sendo assim, deve ser aberta diligência para que a instituição abra uma conta corrente isenta de tarifa bancária em uma instituição financeira pública (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou Banrisul).

### III - CONCLUSÃO:

Em razão das informações trazidas, pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, o que configuraria assim a inviabilidade de competição entre a Organização da Sociedade Civil para a consecução do objeto em voga, tem-se por preenchidos os requisitos do art. 31 da Lei nº 13.019/2014, o que permite que seja considerado inexigível o Chamamento Público previsto no art. 23 e seguintes do diploma citado.

Dessa forma, orienta-se pela formalização de Parceria com o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE, desde que atendida a diligência quanto a verificação das certidões negativas e a atualização da conta bancária ESPECÍFICA, nos moldes acima estabelecido.

Ressalte-se que o Chamamento Público deve ser a regra, cabendo à Secretaria envolvida adotar as medidas necessárias para que situações como a presente constituam exceção, e não se tornem a prática habitual.

É o parecer, salvo melhor juízo.

**PAULO R. DE FREITAS FARACO**  
Procurador-Geral do Município  
Portaria nº 018/2025  
OAB/RS 48.001

**DANIEL BIACCHI ROSSO**  
Subprocurador do Município  
Portaria nº 096/2025  
OAB/RS 75.693

CONT 117E-F433-6814 e informe o código C627-A47E-E433-6814

--- PARADO



reconhecida relevância pública e social. Trata-se, assim, de um evento tradicional que promove a valorização da produção agrícola local, especialmente o cultivo do milho, fomentando o desenvolvimento rural.

Além de seu caráter festivo, a festividade possui cunho informativo e educativo, proporcionando à comunidade rural acesso a conhecimentos técnicos e incentivo à diversificação das atividades agropecuárias. Ademais, contribui para o fortalecimento da identidade cultural da região, por meio da promoção de manifestações artísticas, culturais e de integração comunitária.

Sendo assim, é necessário que a Gestora de Parcerias, verifique no Plano de Trabalho, se todas as certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa estão de acordo com a Parceria desejada, caso falte alguma certidão necessária, que apense em caráter de urgência ao Plano de Trabalho.

Por fim, destaca-se que a Secretaria de Finanças e Orçamento, em seu despacho nº 15, no Memorando ldoc. nº 9449/2025, confirmou a dotação orçamentária para a despesa desejada, sendo: 08.04.13.392.1047.2.345000.3.3.50.43.07.00.1500.0001 (13854). Contudo, a formalização desta parceria somente será possível se o Sindicato atualizar a sua conta bancária, visto que conforme exposto no art. 51 da Lei Federal nº 13.019/2014, a conta corrente indicada deve ser em uma instituição financeira pública. Sendo assim, deve ser aberta diligência para que a instituição abra uma conta corrente isenta de tarifa bancária em uma instituição financeira pública (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou Banrisul).

### III - CONCLUSÃO:

Em razão das informações trazidas, pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, o que configuraria assim a inviabilidade de competição entre a Organização da Sociedade Civil para a consecução do objeto em voga, tem-se por preenchidos os requisitos do art. 31 da Lei nº 13.019/2014, o que permite que seja considerado inexigível o Chamamento Público previsto no art. 23 e seguintes do diploma citado.

Dessa forma, orienta-se pela formalização de Parceria com o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE, desde que atendida a diligência quanto a verificação das certidões negativas e a atualização da conta bancária ESPECÍFICA, nos moldes acima estabelecido.

Ressalte-se que o Chamamento Público deve ser a regra, cabendo à Secretaria envolvida adotar as medidas necessárias para que situações como a presente constituam exceção, e não se tornem a prática habitual.

É o parecer, salvo melhor juízo.

**PAULO R. DE FREITAS FARACO**  
Procurador-Geral do Município  
Portaria nº 018/2025  
OAB/RS 48.001

**DANIEL BIACCHI ROSSO**  
Subprocurador do Município  
Portaria nº 096/2025  
OAB/RS 75.693

Assinado por 1 pessoa: PAULO RODRIGUES DE FREITAS FARACO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://alegrete.rs.br/verificacao/C627-A47E-E433-6814> e informe o código C627-A47E-E433-6814







## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C627-A47E-E433-6814

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ PAULO RODRIGUES DE FREITAS FARACO (CPF 502.XXX.XXX-15) em 24/07/2025 13:03:32  
GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://alegreTERS.1doc.com.br/verificacao/C627-A47E-E433-6814>





## **Memorando 20- 9.449/2025**

---

**De:** Laize C. - GP-DEX

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 01/08/2025 às 08:27:52

**Setores envolvidos:**

GP, GP-DEX, PG, PG-SP, SCF, SCF - ORC, SEDU-DDE-GPE, SEDU-DAGE-CO, GPGM-COJ-COJCL, ORC-CORC-S

### **Parecer Jurídico**

Prezada, bom dia;

Segue em anexo a documentação solicitada.

-

Laize Machado da Costa  
*diretora gabinete do vice-prefeito*

**Anexos:**

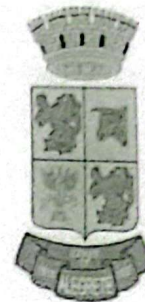
CERTIDAO\_DE\_INEXISTENCIA\_DE\_IMPUGNACAO\_7\_.pdf  
EXTRATO\_DE\_JUSTIFICATIVA\_4\_.pdf  
JUSTIFICATIVA\_4\_.pdf

... 1758 5566 0058.0340 e Informa o código 575A-E506-D9F8-0340

... 1758 5566 0058.0340 e Informa o código 575A-E506-D9F8-0340



# PREFEITURA DE ALEGRETE



## EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

### Inexigibilidade de Chamamento Público para Celebração de Parceria com o Município

O Município de Alegrete/RS, por intermédio da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em conformidade com o art. 31 (inexigibilidade) da Lei Federal nº 13.019/2014, informa que foi autorizada a inexigibilidade de chamamento público para formalização de parceria mediante termo de fomento, a ser celebrada com a entidade **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE**, de modo que se torna público a justificativa de inexigibilidade que está disponível pelo link Marco Regulatório, no site da Prefeitura Municipal de Alegrete.

Nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações ao presente, que deverão ser efetuadas no Protocolo Geral do Palácio Ruy Ramos, junto a Praça Getúlio Vargas.

Alegrete, 01 de agosto de 2025.

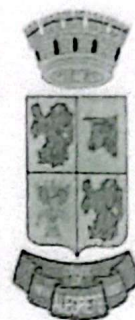
**Jesse Trindade dos Santos**  
Prefeito de Alegrete

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL JOSÉ RUBENS PILLAR  
Rua Major João Cezimbra Jaques, 200 ▪ CEP 97.543-390 ▪ Alegrete, RS  
Fone (55) 39611603 ▪ "DOE ÓRGÃOS. DOE SANGUE: SALVE VIDAS"

... e não mais o informa o código 575A-F566-D9FB-9340



# PREFEITURA DE ALEGRETE



## JUSTIFICATIVA

**Celebração de Parceria – Inexigibilidade – Lei 13.019/2014**

**PARCEIRO: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE**

**OBJETO RESUMIDO:** Buscar um valor complementar para custear despesas realizadas na XVI edição da Festa do Milho, a qual será realizada em nosso município nos dias 12 e 13 de abril de 2025 e Aniversário do Piquete Tradição do Parovê, em 16 de agosto de 2025.

**VALOR:** R\$ 9.992,50 (nove mil novecentos e noventa e dois reais com cinquenta centavos) em uma única parcela

**DATA:** 08/07/2025 – 30/09/2025

**SECRETARIA VINCULADA:** Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Trata-se de justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público para celebração de parceria via Termo de Fomento com a instituição parceira acima indicada visando auxiliar a **SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALEGRETE**, sendo a única instituição desta natureza em nossa cidade a realizar tal atividade.

Os documentos entregues pela entidade foram devidamente analisados pela Procuradoria Geral do Município e demonstram que tal parceria atende o interesse público e obedece o que prevê a Lei Federal nº 13.019/2014 para a celebração do Termo de Fomento, sendo inexigível, portanto, o Chamamento Público.

Assim sendo, homologo o parecer da PGM, adotando o entendimento pela Inexigibilidade de Chamamento Público para a celebração desta parceria, devendo a presente justificativa ser disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Alegrete, como forma de atender o previsto no art.32, § 1º da Lei Federal nº 13.019/2014.

Transcorrido o prazo de **5 (cinco) dias** sem que haja a impugnação desta decisão, e havendo a aprovação do projeto de lei pela Câmara Municipal de Alegrete, deverá ser elaborado o respectivo termo de fomento para cumprimento do objeto da parceria.

Alegrete, 01 de agosto de 2025.

Jesse Trindade dos Santos  
Prefeito de Alegrete

Assinado por 1 pessoa: JESSE TRINDADE DOS SANTOS  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://alegrete.rs.gov.br/verificacao/575A-E566-D9F8-9340> e informe o código 575A-E566-D9F8-9340







## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 575A-E566-D9F8-9340

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ JESSE TRINDADE DOS SANTOS (CPF 008.XXX.XXX-30) em 01/08/2025 09:05:23 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://alegreTERS.1doc.com.br/verificacao/575A-E566-D9F8-9340>